

Sumário

PROJETOS PARA VOTAÇÃO EM PLENÁRIO 03

1.	PL 303/2000	03
2.	PL 265/2006	05
3.	PL 431/2009	07
4.	PL 833/2013	10
5.	PL 880/2013	12
6.	PL 152/2014	14
7.	PL 236/2014	16
8.	PL 334/2014	18
9.	PL 522/2014	20
10.	PLO 06/2010.....	22
11.	PLO 05/2013.....	24

PROJETOS DE DELIBERAÇÃO DAS COMISSÕES..... 26

12.	PL 365/2011	26
13.	PL 606/2011	28
14.	PL 274/2012	30
15.	PL 379/2013	32
16.	PL 510/2013	36
17.	PL 514/2013	38
18.	PL 610/2013	41
19.	PL 691/2013	43
20.	PL 834/2013	46
21.	PL 854/2013	47
22.	PL 865/2013	49

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

23.	PL 021/2014	51
24.	PL 431/2014	52
25.	PL 496/2014	54
26.	PL 023/2015	55
27.	PL 042/2015	56
28.	PL 373/2015	58
29.	PL 417/2015	58

REQUERIMENTOS.....60

30.	REQ. FIN 1/2016	60
31.	REQ. FIN 2/2016	61
32.	REQ. FIN 3/2016	62
33.	REQ. FIN 4/2016	63

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos para Votação em Plenário

1) PL 303/2000	Ver. CALVO (PMDB)	Votação			
ESTABELECE A FORMA DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
	Ver. JAIR TATTO (PT)
Relator: Ver. OTA (PROS)	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Parecer: FAVORAVEL	Ver. OTA (PROS)
	Ver. PAULO FIORILO (PT)
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: estabelece a forma de coleta e destinação final de lixo no âmbito do Município de São Paulo. De acordo com o artigo 1º, fica assegurada a coleta e destinação final, de forma seletiva, do lixo industrial, comercial e residencial recolhidos no âmbito do Município, em conformidade com o disposto na Lei nº10.954/91.

Segundo a justificativa, os benefícios da coleta seletiva para a comunidade e o meio ambiente são indiscutíveis. Além da visível contribuição, no que se refere à diminuição no volume de lixo a ser disposto nos lixões ou queimados em incineradores passíveis de emissão de poluentes no meio, é prática economicamente benéfica, vez que reaproveita energia e matérias-primas, anteriormente, processadas.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 9-10).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram realizadas duas audiências públicas (fls. 12-47) com menção ao projeto às fls. 18 e 28 (não houve oradores inscritos).

A Comissão exarou parecer **contrário**, argumentando que “considera que realizar a coleta seletiva em conformidade com as diretrizes da Lei nº 10.954/91 significa um retrocesso, vez que estas são bastante mais restritas do que a seleção prevista na Resolução CONAMA nº275/01 e na legislação municipal vigente. Ademais, reconhece que, ao se restringir à coleta e destinação final de algumas categorias de resíduos, a proposta exclui seu transporte e tratamento (que também integram os serviços divisíveis do Sistema de Limpeza Urbana do Município – Lei nº13.478/02), além de excluir categorias que podem conter material passível de reciclagem” (fl.48)

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 149).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl. 150).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram realizados quesitos ao Executivo (fl. 151) com resposta às folhas 153-165:

- “Atualmente, a coleta seletiva está presente em 84 dos 96 distritos da cidade, sendo realizada pelas concessionárias porta a porta, por Cooperativas Conveniadas (ocorrendo com Frequências Alternadas Semanais) e nos Pontos de Entrega Voluntárias (P.E.Vs. – Contêineres e Cycleas), totalizando em média 6.000 Toneladas Mês” (fl. 155 – AMLURB).
- “Considerando o contexto em que foi elaborado o PL em questão, o qual ainda não vigia a Lei que instituiu e organizou o Sistema Municipal de Limpeza Urbana, Lei Municipal nº 13.478/2002,

que foi sancionada dois (02) anos depois, esta promove abordagem mais ampla e abarca a complexidade de que necessita a matéria, pois regula todo o Sistema de Coleta, Transporte, e Destinação Final dos Resíduos Sólidos, tanto dos serviços divisíveis quanto indivisíveis” (fl. 157 – AMLURB).

- “Conclui-se pelos fatos apresentados e considerados que o PL nº 303/2000, quando da sua propositura tinha como objetivo disciplinar matéria relevante e que há época ainda carecia de maiores subsídios, no atual contexto isto fora superado em todos os aspectos apresentados e abordados no PL, assim demonstra-se que a legislação vigente é mais eficaz naquilo que a proposta objetivava disciplinar não sendo esta viável, pertinente ou adequada” (fl. 159 – AMLURB).
- “Neste contexto e conforme expediente em anexo, opinamos pelo veto total do Projeto de Lei nº 303/2000 em análise, por inadequação e impertinência” (fl. 161 – AMLURB).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, conforme exposto pelo Executivo, o projeto em tela “quando da sua propositura tinha como objetivo disciplinar matéria relevante e que há época ainda carecia de maiores subsídios, no atual contexto isto fora superado em todos os aspectos apresentados e abordados no PL, assim demonstra-se que a legislação vigente é mais eficaz naquilo que a proposta objetivava disciplinar não sendo esta viável, pertinente ou adequada” (fl. 159 – AMLURB) - não devendo gerar gastos adicionais ao Erário.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 303/2000**

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Rubens Calvo, visa estabelecer a forma de coleta e destinação final de lixo no âmbito do Município de São Paulo. De acordo com o artigo 1º, fica assegurada a coleta e destinação final, de forma seletiva do lixo industrial, comercial e residencial recolhidos no âmbito do Município.

Segundo a justificativa, os benefícios da coleta seletiva para a comunidade e o meio ambiente são indiscutíveis. Além da visível contribuição, no que se refere à diminuição no volume de lixo a ser disposto nos lixões ou queimados em incineradores passíveis de emissão de poluentes no meio, é prática economicamente benéfica, vez que reaproveita energia e matérias-primas, anteriormente, processadas.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

2) PL 265/2006		Ver. CALVO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO EXECUTIVO DAR PUBLICIDADE SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS NA CIDADE DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS				Favor	Contra	Abst.
			Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
			Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
			Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
			Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
			Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
			Ver. OTA (PROS)	-	-	-
			Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
			Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)						
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO						

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: determina ao Executivo a publicação quinzenal, no Diário Oficial da Cidade, de relação de crianças e adolescentes desaparecidos no Município de São Paulo. De acordo com a propositura, a relação trará os nomes das pessoas desaparecidas, suas fotografias, a data em que ocorreu o desaparecimento, o local onde as pessoas desaparecidas foram vistas pela última vez e a forma de contato com as famílias dos desaparecidos. Entre outras deliberações, o projeto dispõe também que os órgãos da administração direta e indireta deverão afixar nas paredes dos próprios públicos, em local visível e de fácil acesso, as referidas publicações, com as fotografias dos desaparecidos; que o Executivo designará um órgão para o recebimento de informações acerca do desaparecimento das crianças e dos adolescentes no Município, o qual irá manter contato com Delegacias de Polícia especializadas e entidades de atendimento à criança e ao adolescente, a fim de obter dados sobre os mesmos, e incluí-los na relação de desaparecidos; que as comunicações de desaparecimento deverão ser acompanhadas de uma cópia do Boletim de Ocorrência (BO) expedido pela delegacia competente, ficando os responsáveis pelas crianças e adolescentes obrigados a comunicar, de imediato, o aparecimento das mesmas.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fls. 06), em cuja resposta (fls. 09-16) destacam-se os seguintes pontos: i) a divulgação de relação de crianças e adolescentes desaparecidos no endereço eletrônico da Prefeitura do Município de São Paulo já está regulamentada através da Lei 13.188/2001 e Decretos 41.621/2002 e 42.867/2003; ii) o órgão gestor do Diário Oficial da Cidade (DOC) é a Secretaria Municipal de Gestão, não a Imprensa Oficial; iii) a publicação de fotos no DOC é proibida conforme Portaria 67/SMA/89; iv) estima-se que a publicação quinzenal da lista de desaparecidos demande uma edição extra (Suplemento) do DOC, tornando-se dispendiosa; v) a publicação da lista no DOC implicará acréscimo de despesa.

A Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 23).

Comissão de Administração Pública: parecer contrário (fls. 24-25), em virtude das razões expostas pelos técnicos do Executivo (publicação da lista na página da Prefeitura na internet já está prevista em lei e a divulgação no DOC seria onerosa).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: realizou duas audiências públicas, em 10/12/2014 (fls. 50-52, menção ao projeto a fls. 50, sem oradores inscritos) e 25/03/2015 (fls. 53-57, menção ao projeto a fls. 54, manifestação do autor em defesa da proposta).

A Comissão exarou parecer favorável (fls. 58).

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

As disposições da propositura implicam acréscimos às atividades já realizadas pela PMSP que, de acordo com informações do Executivo prestadas à douta Comissão de Constituição e Justiça, acarretam acréscimo de despesa. O projeto geraria, então, despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economia / Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 265/2006

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Rubens Calvo, visa determinar ao Poder Executivo a publicação quinzenal, no Diário Oficial da Cidade, de relação de crianças e adolescentes desaparecidos no Município de São Paulo.

De acordo com a propositura, a relação trará os nomes das pessoas desaparecidas, suas fotografias, a data em que ocorreu o desaparecimento, o local onde as pessoas desaparecidas foram vistas pela última vez e a forma de contato com as famílias dos desaparecidos. Entre outras deliberações, o projeto dispõe também que os órgãos da administração direta e indireta deverão afixar nas paredes dos próprios públicos, em local visível e de fácil acesso, as referidas publicações, com as fotografias dos desaparecidos; que o Executivo designará um órgão para o recebimento de informações acerca do desaparecimento das crianças e dos adolescentes no Município, o qual irá manter contato com Delegacias de Polícia especializadas e entidades de atendimento à criança e ao adolescente, a fim de obter dados sobre os mesmos, e incluí-los na relação de desaparecidos; que as comunicações de desaparecimento deverão ser acompanhadas de uma cópia do Boletim de Ocorrência (BO) expedido pela delegacia competente, ficando os responsáveis pelas crianças e adolescentes obrigados a comunicar, de imediato, seu aparecimento.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, tendo em vista o nome do Diário Oficial e a fim adaptar a propositura a melhor técnica legislativa, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

PROJETO DE LEI Nº 265/2006

Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo dar
publicidade sobre crianças e adolescentes

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

desaparecidos na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo publicará, periodicamente, no Diário Oficial da Cidade, em dia da semana a ser escolhido pela Imprensa Oficial do Município, relação das crianças e adolescentes desaparecidos no Município de São Paulo.

§ 1º A relação do que trata o "caput" conterà os nomes das crianças e dos adolescentes, suas fotografias, as datas do fato, o local em que foram vistos pela última vez e a forma de contato com as famílias dos desaparecidos.

§ 2º A publicação de que trata o "caput" se dará de 15 (quinze) em 15 (quinze) dias, e os órgãos da administração direta e indireta deverão afixar nas paredes dos próprios públicos, em local visível e de fácil acesso, as referidas publicações, com as fotografias dos desaparecidos.

Art. 2º O Poder Executivo destacará um órgão necessário para o recebimento de informações acerca do desaparecimento das crianças e dos adolescentes no Município, inclusive mantendo contato com Delegacias de Polícia especializadas e entidades de atendimento à criança e ao adolescente, a fim de obter dados sobre eles, e incluí-los na relação de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único. As comunicações de desaparecimento deverão ser acompanhadas de uma cópia do Boletim de Ocorrência (BO), expedido pela Delegacia competente, ficando os responsáveis pelas crianças e adolescentes obrigados a comunicar, de imediato, o seu aparecimento.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

3) PL 431/2009	Ver. RICARDO TEIXEIRA (PV)	Votação			
DISPÕE DA REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE DO SALÁRIO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: CONTRARIO Há voto em separado do Ver. Abou Anni: FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 2 (duas) sessões em 09/09/2015 a pedido do Ver. Abou Anni;

Adiado por 2 (duas) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Pendente de votação em 04/11/2015. Os vereadores votaram como segue:

Favoráveis ao relatório do relator: Aurélio Nomura, Ota, Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes;

Favorável ao voto em separado do Ver. Abou Anni: José Police Neto.

ASSUNTO: dispõe sobre a regulamentação e controle do salário do funcionário público do município de São Paulo, vetando a qualquer funcionário público municipal o recebimento de vencimentos superiores

aos do Senhor Prefeito Municipal. A propositura considera funcionários públicos municipais os da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Prevê ainda que não poderá haver acúmulo de cargos que tornem os vencimentos dos referidos funcionários superiores ao do Senhor Prefeito Municipal.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 25/26)

Comissão de Administração Pública: solicitou informações ao Executivo, com respostas as folhas 27-37.

SEMPRA: “(...) Verifica-se, assim, que a matéria objeto do PL em análise já está regulamentada no Município de São Paulo, além do que é invasiva da esfera reservada à iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo, ao dispor de matéria concernente à remuneração dos servidores municipais, art. 37, §2º, II da Lei Orgânica do Município de São Paulo” (fl.30)

“(…) ressaltando o vício de iniciativa de que se reveste o PL e considerando que a matéria já está disciplinada no âmbito municipal, opinamos pelo veto integral ao PL 431/09”(fl.30)

A Comissão exarou parecer contrário, justificando sua posição na resposta do Executivo, que esclareceu “que a matéria constante do presente projeto de lei encontra-se regulamentada no âmbito municipal pela Lei 15.401, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e pelo Decreto 52.192, de 18 de março de 2011, que dispõe sobre a aplicação do limite remuneratório constitucional no âmbito da Administração Municipal” (fl. 38).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Do ponto de vista orçamentário-financeiro, caso a propositura venha a ser aprovada, não gerará gastos adicionais ao Erário.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 431/2009

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ricardo Teixeira, visa a regulamentação e o controle do salário do funcionário público do município de São Paulo, vetando a qualquer funcionário público municipal o recebimento de vencimentos superiores aos do Senhor Prefeito Municipal. A propositura considera funcionários públicos municipais os da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Prevê ainda que não poderá haver acúmulo de cargos que tornem os vencimentos dos referidos funcionários superiores ao do Senhor Prefeito Municipal.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, enquanto a colenda Comissão de Administração Pública manifestou-se contrariamente à propositura, justificando sua posição na resposta do Executivo, que esclareceu “que a matéria constante do presente projeto de lei encontra-se regulamentada no âmbito municipal pela Lei nº 15.401, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e pelo Decreto Municipal nº 52.192, de 18 de março de 2011, que dispõe sobre a aplicação do limite remuneratório constitucional no âmbito da Administração Municipal”.

Em que pesem as elevadas intenções do nobre Autor, esta Comissão acompanha a posição da Comissão de Administração Pública, bem como do Executivo, considerando que a matéria já está disciplinada no âmbito municipal.

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

VOTO EM SEPARADO AO RELATÓRIO DO RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 431/2009

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ricardo Teixeira, visa a regulamentação e o controle do salário do funcionário público do município de São Paulo, vetando a qualquer funcionário público municipal o recebimento de vencimentos superiores aos do Senhor Prefeito Municipal. A propositura considera funcionários públicos municipais os da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Prevê ainda que não poderá haver acúmulo de cargos que tornem os vencimentos dos referidos funcionários superiores ao do Senhor Prefeito Municipal.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, argumentando que “A proposta vai ao encontro do que dispõe a Constituição Federal, que no art. 37, XI, estabelece o teto remuneratório a ser observado por toda a Administração Pública, estabelecendo, em regra, como limite para os Municípios o subsídio do Prefeito” e salientando ainda “que a fixação de regras claras sobre a remuneração dos servidores públicos é medida que atende aos princípios da publicidade e da transparência, os quais devem reger a atuação da Administração Pública de todos os Poderes”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Entretanto, no intuito de aprimorar o texto da proposta original, sem contudo alterar seu conteúdo, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI 0431/2009

“Estabelece diretrizes para o controle da remuneração e do subsídio dos Agentes Públicos da Administração Pública Municipal. “

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º. Fica vedado a qualquer Agente Público Municipal receber remuneração ou subsídio superior ao percebido pelo Prefeito

Parágrafo único. A regra estabelecida no caput deste artigo se aplica aos agentes públicos da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º. O acúmulo legal de cargos, funções e emprego público municipal será considerado para fins do teto estipulado para a remuneração e subsídio previsto no artigo 1º.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 833/2013		Ver. ABOU ANNI (PV)				Votação			
ESTABELECE A POLÍTICA ANUAL DE VACINAÇÃO CONTRA A CINOMOSE EM CÃES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT) Parecer: CONTRARIO							Favor	Contra	Abst.
						Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
						Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
						Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
						Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
						Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
						Ver. OTA (PROS)	-	-	-
						Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
						Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: estabelece a política anual da vacinação contra a Cinomose em cães no Município de São Paulo.

Pela propositura, o Poder Público, em sua política da saúde animal, promoverá anualmente a vacinação gratuita em cães contra a Cinomose.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 49/50).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas (fls. 51/53 – com menção do PL a fls. 53 – e fls. 54/60 – menção a fls. 58).

Essa Comissão exarou parecer favorável (fls. 61).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 62).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: solicitou informações ao Executivo (fls. 64), com resposta a fls. 65/70:

- "... a cinomose, na condição de epizootia [conforme o Dicionário Houaiss, epizootia é "doença que apenas ocasionalmente se encontra em uma comunidade animal, mas que se dissemina com grande rapidez e apresenta grande número de casos"] transmissível entre canídeos domésticos e silvestres, não constitui zoonose, não é transmissível ao ser humano e não representa relevância à saúde pública. Desta forma, não se justifica a utilização de recursos públicos da Saúde para sua prevenção e controle; Que a cinomose... não representa relevância econômica para a pecuária ou abastecimento. Desta forma, não se justifica a utilização de recursos da Agricultura, pecuária e abastecimento para sua prevenção e controle;

Que por lei, a manutenção adequada de cães e gatos, incluindo-se o fornecimento de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar é responsabilidade de seus proprietários;

Que a competência pelo cuidado da fauna, quando não de seus proprietários, recai constitucionalmente sobre os órgãos do Verde e Meio Ambiente;

Que, caso a implementação de tal medida recaia ao Estado aos seus órgãos da Saúde, configurar-se-á infração à Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei do SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, sendo que com relação à utilização de recursos, o § 2º do seu art. 36 reza que 'é vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

previstas nos planos de saúde'... esta Gerência manifesta-se CONTRARIAMENTE ao projeto..."
Secretaria Municipal da Saúde – Coordenação de Vigilância em Saúde – Gerência do Centro de Controle de Zoonoses (fls. 68).
Essa Comissão lavrou parecer favorável (fls. 71).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 833/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Abou Anni, visa estabelecer a política anual da vacinação contra a Cinomose em cães no Município de São Paulo.

Pela propositura, o Poder Público, em sua política da saúde animal, promoverá anualmente a vacinação gratuita em cães contra a Cinomose.

A douta Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: solicitou informações ao Executivo. Respondeu a Gerência do Centro de Controle de Zoonoses Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA que "... a cinomose, na condição de epizootia [conforme o Dicionário Houaiss, epizootia é "doença que apenas ocasionalmente se encontra em uma comunidade animal, mas que se dissemina com grande rapidez e apresenta grande número de casos"] transmissível entre canídeos domésticos e silvestres, não constitui zoonose, não é transmissível ao ser humano e não representa relevância à saúde pública. Desta forma, não se justifica a utilização de recursos públicos da Saúde para sua prevenção e controle; Que a cinomose... não representa relevância econômica para a pecuária ou abastecimento. Desta forma, não se justifica a utilização de recursos da Agricultura, pecuária e abastecimento para sua prevenção e controle; Que por lei, a manutenção adequada de cães e gatos, incluindo-se o fornecimento de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar é responsabilidade de seus proprietários; Que a competência pelo cuidado da fauna, quando não de seus proprietários, recai constitucionalmente sobre os órgãos do Verde e Meio Ambiente; Que, caso a implementação de tal medida recaia ao Estado aos seus órgãos da Saúde, configurar-se-á infração à Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei do SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, sendo que com relação à utilização de recursos, o § 2º do seu art. 36 reza que 'é vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde'".

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

manifestando-se esta Gerência contrariamente ao projeto.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, apesar dos elevados propósitos do nobre Autor, consideramos que as ponderações de COVISA vem ao encontro do interesse público. Com efeito, os limitados recursos orçamentários, ainda mais no atual contexto econômico, devem estar dirigidos às inúmeras demandas sociais de nossa Cidade. Áreas como assistência social, cultura, esportes, sem falar de educação e dos serviços de saúde para o atendimento de crianças, adolescentes, mulheres e idosos, dentre aquelas faixas da população mais necessitadas, estão sabidamente subdotadas diante das imensas carências a serem atendidas.

Sem dúvida que o atendimento da população cada vez mais crescente de animais domésticos como cães e gatos é meritório, tendo o orçamento municipal, já há alguns anos, recursos destinados para atendimento hospitalar desses animais. Quiçá, em momento futuro, esse cuidar possa ser ampliado; neste momento, porém, entendemos que outras prioridades têm primazia sobre a matéria ora em análise.

Destarte, **contrário**, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

5) PL 880/2013		Ver. GEORGE HATO (PMDB)			Votação			
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO MAUSOLÉU DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO		Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO				Favor	Contra	Abst.
					Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
					Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
					Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
					Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
					Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
					Ver. OTA (PROS)	-	-	-
					Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
					Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a criação do Mausoléu da Guarda Civil Metropolitana no âmbito do Município de São Paulo.

Pelo art. 1º, fica constituído o Mausoléu da Guarda Civil Metropolitana no Cemitério do Araçá e Cemitério da Consolação, destinado aos profissionais da Guarda Civil Metropolitana da cidade de São Paulo quando mortos em serviço ou em decorrência.

O art. 2º determina que os profissionais da Guarda Civil Metropolitana da Cidade de São Paulo que, no exercício de suas funções ou em decorrência destas, vierem a perder a vida, farão jus ao alojamento de seus restos mortais no Mausoléu do Cemitério do Araçá ou Cemitério da Consolação, ficando a critério do familiar responsável, pelo art. 3º, a autorização para sepultamento do profissional da Guarda Civil Metropolitana morto em serviço mediante autorização oficial.

O art. 4º estabelece que o Comando da Guarda Civil procederá homenagem solene no ato do sepultamento.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 106/107).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: solicitou informações ao Executivo (fls. 109), com resposta a fls. 110/122:

- "... O Serviço Funerário Municipal manifestou-se... em sentido favorável ao Projeto de Lei em questão,

ressalvando que no presente momento não há áreas disponíveis no porte adequado para instalação de um Mausoléu nos cemitérios do Araçá ou da Consolação.

Assim, para que eventualmente se solucione este impedimento físico, já existem tratativas junto à Polícia Militar de São Paulo sobre a destinação dos restos mortais dos falecidos integrantes da extinta Guarda Civil do Estado de São Paulo, para que eventualmente o seu antigo mausoléu venha ser utilizado para descanso dos restos mortais dos combatentes da GCM” – Assessoria Jurídica – Secretaria de Serviços (fls. 120).

Essa Comissão exarou parecer favorável (fls. 123).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 124).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme informações do Executivo, há manifestação favorável do Serviço Funerário. Há necessidade de substitutivo tendo em vista equívoco redacional na ementa (“Mausoléu” e não “Mauzoléu”).

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 880/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador George Hato, visa dispor sobre a criação do Mausoléu da Guarda Civil Metropolitana no âmbito do Município de São Paulo.

Pelo art. 1º, fica constituído o Mausoléu da Guarda Civil Metropolitana no Cemitério do Araçá e Cemitério da Consolação, destinado aos profissionais da Guarda Civil Metropolitana da cidade de São Paulo quando mortos em serviço ou em decorrência.

O art. 2º determina que os profissionais da Guarda Civil Metropolitana da Cidade de São Paulo que, no exercício de suas funções ou em decorrência destas, vierem a perder a vida, farão jus ao alojamento de seus restos mortais no Mausoléu do Cemitério do Araçá ou Cemitério da Consolação, ficando a critério do familiar responsável, pelo art. 3º, a autorização para sepultamento do profissional da Guarda Civil Metropolitana morto em serviço mediante autorização oficial.

O art. 4º estabelece que o Comando da Guarda Civil procederá homenagem solene no ato do sepultamento.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, a fim de corrigir equívoco redacional, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 880/2013

Dispõe sobre a criação do Mausoléu da Guarda Civil Metropolitana no âmbito do Município de São Paulo.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Mausoléu da Guarda Civil Metropolitana no Cemitério do Araçá ou no Cemitério da Consolação, destinado aos profissionais da Guarda Civil Metropolitana da Cidade de São Paulo quando mortos em serviço ou em decorrência deste.

Art. 2º Os profissionais da Guarda Civil Metropolitana da Cidade de São Paulo que, no exercício de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

suas funções ou em decorrência destas, vierem a perder a vida farão jus ao alojamento de seus restos mortais no Mausoléu do Cemitério do Araçá ou Cemitério da Consolação.

Art. 3º Fica a critério do familiar responsável a autorização para sepultamento dos restos mortais do profissional da Guarda Civil Metropolitana falecido em serviço mediante autorização oficial.

Art. 4º: O Comando da Guarda Civil procederá homenagem solene no ato do sepultamento.

Art. 5º: As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º: Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 152/2014		Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)		Votação			
DEFINE PERCENTUAL MÍNIMO DE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, SUAS SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS E DEMAIS EMPRESAS EM QUE O MUNICÍPIO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DETENHA A MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL COM DIREITO A VOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					Favor	Contra	Abst.
				Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
				Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
				Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
				Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
				Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
				Ver. OTA (PROS)	.	.	.
				Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
				Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)							
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA							

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

O art. 2º estabelece que nos conselhos de administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista de que trata esta proposição, pelo menos quarenta por cento dos membros serão mulheres, facultado às empresas o preenchimento gradual dos cargos, desde que respeitados os limites mínimos a seguir definidos:

I — dez por cento, até o ano de 2016;

II — vinte por cento, até o ano de 2018;

III — trinta por cento, até o ano de 2020;

IV — quarenta por cento, até o ano de 2022.

De acordo com o art. 3º, será observado o disposto na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre as Sociedades por Ações, no que couber, em relação aos direitos e deveres dos membros dos conselhos de administração das empresas referidas no projeto, bem como no tocante aos requisitos e impedimentos para participação nesses conselhos.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 18-20) pela legalidade, com substitutivo para suprimir o art. 3º do projeto (que menciona a Lei 6.404/76), adequando o texto à melhor

técnica de elaboração legislativa.

Comissão de Administração Pública: (fls. 21-22) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: (fl. 23) Favorável.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 152/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa definir percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

O art. 2º da proposição estabelece que, nos conselhos de administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista de que trata esta proposição, pelo menos quarenta por cento dos membros serão mulheres, facultado às empresas o preenchimento gradual dos cargos, desde que respeitados os limites mínimos a seguir definidos:

- I — dez por cento, até o ano de 2016;
- II — vinte por cento, até o ano de 2018;
- III — trinta por cento, até o ano de 2020;
- IV — quarenta por cento, até o ano de 2022.

De acordo com o art. 3º, será observado o disposto na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre as Sociedades por Ações, no que couber, em relação aos direitos e deveres dos membros dos conselhos de administração das empresas referidas no projeto, bem como no tocante aos requisitos e impedimentos para participação nesses conselhos.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para suprimir o art. 3º do projeto (que menciona a Lei 6.404/76), adequando o texto à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à proposição, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

7) PL 236/2014	Executivo - FERNANDO HADDAD	Votação			
CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DE SÃO PAULO, ESTABELECE SUAS ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
	Ver. JAIR TATTO (PT)
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
	Ver. OTA (PROS)
	Ver. PAULO FIORILO (PT)
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Cria o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, estabelecendo suas atribuições e composição.

Pelo art. 1º da propositura, fica criado o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, órgão colegiado de caráter consultivo, fiscalizador, propositivo e deliberativo nas matérias relacionadas às políticas de transparência e controle social do Poder Executivo Municipal.

Compete ao Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, conforme define o art. 2º em 15 incisos, dentre outras atribuições, deliberar sobre as diretrizes e contribuir para a formulação das políticas de transparência e de fomento ao controle social, bem como de combate à corrupção no Município de São Paulo, a serem implementadas pelos órgãos e entidades competentes da Administração Pública Municipal; monitorar a execução de metas relativas à transparência e ao controle social no Programa de Metas do Município de São Paulo, propondo indicadores de avaliação; e convocar e organizar a Conferência Municipal de Transparência e Controle Social em até 4 (quatro) anos, preferencialmente a cada 2 (dois) anos, buscando a integração entre as etapas municipais, estaduais e nacional, quando houver.

O parágrafo único desse mesmo artigo estabelece que as diretrizes referidas no inciso I de seu “caput”, referente às políticas de transparência e de fomento ao controle social, devem estar em consonância com o Programa de Metas da Cidade de São Paulo, instrumento de gestão previsto na Lei Orgânica do Município.

O art. 3º fixa a composição do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, de forma paritária entre governo e sociedade civil, com 16 (dezesesseis) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, tendo o mandato dos membros a duração de 2 (dois) anos, admitida uma recondução, observado, quanto aos representantes do Poder Público, o disposto no § 5º deste artigo, determinando que o mandato dos representantes do Poder Público será automaticamente extinto se deixarem de integrar os respectivos órgãos, devendo ser indicado novo representante para o término do mandato. A participação no Conselho Municipal de Transparência e Controle Social será considerada serviço público relevante, não remunerado.

A fls. 9/12, há mensagem transmitindo “a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a medida deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como a declaração do ordenador da despesa, em atendimento ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal ... elaborados e fornecidos pela Controladoria Geral do Município” (fls. 9). A fls. 10, há o resumo das despesas para 2014, 2015 e 2016, conforme a seguir:

Período	Estimativa
---------	------------

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

2º/2014	R\$ 25.000,00
2015	R\$ 50.000,00
2016	R\$ 55.000,00

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 79/86), com apresentação de substitutivo “para incluir, por sugestão do Relator, dois incisos no art. 2º do projeto original com a finalidade de aprimorá-lo” (fls. 81).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 88/95), com “proposição de um substitutivo ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, para promover inclusão na redação do art. 3º, I, alínea “a”, parte final” (fls. 90). O substitutivo determina que, dentre 3 conselheiros de diferentes conselhos municipais de políticas públicas da Cidade de São Paulo, um deles será do Grande Conselho do Idoso (fls. 92).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme demonstrativos já mencionados (de fls. 9/12), as despesas decorrentes da propositura estão devidamente orçadas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 236/2014

O presente projeto de lei, de autoria do Executivo, visa criar o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, estabelecendo suas atribuições e composição.

Pelo art. 1º da propositura, fica criado o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, órgão colegiado de caráter consultivo, fiscalizador, propositivo e deliberativo nas matérias relacionadas às políticas de transparência e controle social do Poder Executivo Municipal.

Compete ao Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, conforme define o art. 2º em 15 incisos, dentre outras atribuições, deliberar sobre as diretrizes e contribuir para a formulação das políticas de transparência e de fomento ao controle social, bem como de combate à corrupção no Município de São Paulo, a serem implementadas pelos órgãos e entidades competentes da Administração Pública Municipal; monitorar a execução de metas relativas à transparência e ao controle social no Programa de Metas do Município de São Paulo, propondo indicadores de avaliação; e convocar e organizar a Conferência Municipal de Transparência e Controle Social em até 4 (quatro) anos, preferencialmente a cada 2 (dois) anos, buscando a integração entre as etapas municipais, estaduais e nacional, quando houver.

O parágrafo único desse mesmo artigo estabelece que as diretrizes referidas no inciso I de seu “caput”, referente às políticas de transparência e de fomento ao controle social, devem estar em consonância com o Programa de Metas da Cidade de São Paulo, instrumento de gestão previsto na Lei Orgânica do Município.

O art. 3º fixa a composição do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, de forma paritária entre governo e sociedade civil, com 16 (dezesseis) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, tendo o mandato dos membros a duração de 2 (dois) anos, admitida uma recondução, observado, quanto aos representantes do Poder Público, o disposto no § 5º deste artigo, determinando que o mandato dos representantes do Poder Público será automaticamente extinto se deixarem de integrar os respectivos órgãos, devendo ser indicado novo representante para o término do mandato. A participação no Conselho Municipal de Transparência e Controle Social será considerada

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

serviço público relevante, não remunerado.

A fls. do processo, há mensagem do Poder Executivo transmitindo “a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a medida deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como a declaração do ordenador da despesa, em atendimento ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal ... elaborados e fornecidos pela Controladoria Geral do Município”.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para incluir, por sugestão do Relator, dois incisos no art. 2º do projeto original com a finalidade de aprimorá-lo”.

Por seu turno, a egrégia Comissão de Administração Pública exarou parecer favorável com “proposição de um substitutivo ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, para promover inclusão na redação do art. 3º, I, alínea “a”, parte final”. O substitutivo determina que, dentre 3 conselheiros de diferentes conselhos municipais de políticas públicas da Cidade de São Paulo, um deles será do Grande Conselho do Idoso.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

8) PL 334/2014		Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)				Votação			
DISCIPLINA O MINISTÉRIO FACULTATIVO DE AULAS DE RELIGIÃO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL ESCOLAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.							Favor	Contra	Abst.
						Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
						Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
						Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
						Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
						Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
						Ver. OTA (PROS)	.	.	.
						Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
						Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. OTA (PROS)									
Parecer: FAVORAVEL									

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: disciplina o ministério facultativo de aulas de religião nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e profissional, integrantes da rede pública de ensino municipal ou particulares, no município de São Paulo. De acordo com o art.1º, os estabelecimentos de ensino que ministrarem aulas de educação religiosa, deverão obrigatoriamente incluir, na respectiva grade, orientação pela liberdade de culto e tolerância religiosa.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 22-23).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 24).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 25) com resposta às folhas 27-33:

- “(...) não há amparo legal para a oferta de ensino religioso no Ensino Médio ou no Ensino Profissional, como proposto no art. 2º. (...) As unidades particulares, notadamente de Ensino Fundamental são autorizadas e supervisionadas pela Secretaria Estadual de Educação, embora seja reconhecida sua autonomia pedagógica, o que pode incluir aspectos do ensino religioso. De todo modo, resta evidente que a SME não disciplina ou responde por estas escolas.” (fl. 30 – Secretaria Municipal de Educação).

- “A liberdade de culto e a tolerância religiosa são valores já reconhecidos pelas normas vigentes, a exemplo da LDB ou da Lei municipal nº 14.181/06 que preveem o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, Em realidade, o respeito à diversidade é preceito que perpassa por outras disciplinas, tratando-se de tema recorrentemente trabalhado nas escolas” (fls. 30-31 – Secretaria Municipal de Educação).
- “Assim, por todo o exposto, entendemos que o Projeto de Lei nº 334/2014 não detém condições de prosseguimento, opinando pelo veto em inteiro teor” (fl. 31 – Secretaria Municipal de Educação).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, o projeto poderia gerar despesas obrigatórias de caráter continuado com a possível contratação e/ou treinamento de professores que deverão ministrar as aulas de orientação pela liberdade de culto e tolerância religiosa, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. A resposta do Executivo não menciona o impacto orçamentário-financeiro caso o projeto seja aprovado.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 334/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa disciplinar o ministério facultativo de aulas de religião nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e profissional, integrantes da rede pública de ensino municipal ou particulares, no município de São Paulo. De acordo com o art.1º, os estabelecimentos de ensino que ministrarem aulas de educação religiosa, deverão obrigatoriamente incluir, na respectiva grade, orientação pela liberdade de culto e tolerância religiosa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

9) PL 522/2014	Executivo - FERNANDO HADDAD	Votação			
DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DE PREGOEIRO E INSTITUI A GRATIFICAÇÃO A SER CONCEDIDA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS PÚBLICOS DESIGNADOS PARA O SEU DESEMPENHO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre o exercício das atribuições de pregoeiro e institui a gratificação a ser concedida aos servidores e empregados públicos designados para o seu desempenho.

Segundo o art. 1º, as atribuições do pregoeiro poderão ser exercidas por servidores efetivos ou empregados públicos das carreiras de nível médio, preferencialmente com diploma de nível superior, ou das carreiras de nível superior, da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, conforme o caso, mediante designação de autoridade competente para autorizar a abertura de licitação. Para ser designado pregoeiro, de acordo com o § 1º do art. 1º, o servidor deverá comprovar a habilitação mínima exigida no “caput” deste artigo e apresentar certificado de curso específico ministrado diretamente pela Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – Álvaro Liberato Alonso Guerra – EMASP ou por outros órgãos públicos, conforme previsto no regulamento. O § 3º do art. 1º diz que poderão ser designados, no máximo, 200 (duzentos) pregoeiros no âmbito da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, distribuídos conforme vier a disciplinar o regulamento.

Conforme o art. 2º, fica instituída, com fundamento no art. 100, inciso III, da lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, e suas atribuições, gratificação pelo exercício das atribuições específicas do pregão, a ser concedida aos servidores ou empregados públicos que, na forma do disposto no art. 1º desta lei, sem prejuízo de suas atividades normais de trabalho, vierem a atuar como pregoeiros. Segundo o § 1º do art. 2º, a gratificação de que trata o “caput” do art. 2º corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor da Referência DAS-09, constante das Escalas de Padrões de Vencimentos do Quadro dos Profissionais da Administração – QPA. O § 3º do art. 2º diz que a gratificação de que trata esta lei: i) não se incorporará ou se integrará à remuneração do servidor para nenhuma finalidade e não constituirá base de cálculo para a contribuição previdenciária prevista na Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005; ii) é incompatível com a percepção da Gratificação pela Participação em Comissão de Licitação Permanente prevista na Lei nº 9.158, de 1º de dezembro de 1980, e alterações posteriores.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 71-72).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 73-74).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado. Segundo o Executivo, o impacto orçamentário com a aprovação da presente proposição, calculado em 28/05/2014, seria de R\$ 1.321.075,20 em 2014, R\$ 3.963.225,60 em 2015 e 2016. O cálculo foi feito com base em 20% da referência DAS 09, considerando o máximo de 08 reuniões mensais, 200 pregoeiros e sem integrar a base de cálculo previdência, férias, 13º salário, abono suplementar e vale alimentação.

À fl. 12, o Executivo apresentou o Quadro Demonstrativo da Despesa com Pessoal no período de Maio/2013 a Abril/2014, o qual, segundo o subsecretário do Tesouro Municipal, “confere que as despesas

com pessoal comprometem apenas 34,05% da receita corrente líquida.....portanto, a medida em apreço, caso aprovada, não trará implicações quando ao limite estabelecido no artigo 20º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 522/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do Executivo, visa dispor sobre o exercício das atribuições de pregoeiro e institui a gratificação a ser concedida aos servidores e empregados públicos designados para o seu desempenho.

Segundo o art. 1º, as atribuições do pregoeiro poderão ser exercidas por servidores efetivos ou empregados públicos das carreiras de nível médio, preferencialmente com diploma de nível superior, ou das carreiras de nível superior, da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, conforme o caso, mediante designação de autoridade competente para autorizar a abertura de licitação. Para ser designado pregoeiro, de acordo com o § 1º do art. 1º, o servidor deverá comprovar a habilitação mínima exigida no “caput” deste artigo e apresentar certificado de curso específico ministrado diretamente pela Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – Álvaro Liberato Alonso Guerra – EMASP ou por outros órgãos públicos, conforme previsto no regulamento. O § 3º do art. 1º diz que poderão ser designados, no máximo, 200 (duzentos) pregoeiros no âmbito da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, distribuídos conforme vier a disciplinar o regulamento.

Conforme o art. 2º, fica instituída, com fundamento no art. 100, inciso III, da lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, e suas atribuições, gratificação pelo exercício das atribuições específicas do pregoeiro, a ser concedida aos servidores ou empregados públicos que, na forma do disposto no art. 1º desta lei, sem prejuízo de suas atividades normais de trabalho, vierem a atuar como pregoeiros. Segundo o § 1º do art. 2º, a gratificação de que trata o “caput” do art. 2º corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor da Referência DAS-09, constante das Escalas de Padrões de Vencimentos do Quadro dos Profissionais da Administração – QPA. O § 3º do art. 2º diz que a gratificação de que trata esta lei: i) não se incorporará ou se integrará à remuneração do servidor para nenhuma finalidade e não constituirá base de cálculo para a contribuição previdenciária prevista na Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005; ii) é incompatível com a percepção da Gratificação pela Participação em Comissão de Licitação Permanente prevista na Lei nº 9.158, de 1º de dezembro de 1980, e alterações posteriores.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

10) PLO 6/2010 Ver. USHITARO KAMIA (PSD)		Votação			
ACRESCENTA O ART. 88-A À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. (INSTITUI EM CARÁTER PERMANENTE, COM DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÓPRIA, A DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 1 (uma) sessão em 9/12/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

ASSUNTO: acrescenta o artigo 88-A à Lei Orgânica do Município, estabelecendo que a Defesa Civil do Município de São Paulo será instituída em caráter permanente, com dotação orçamentária própria, e integrada por quadro próprio de servidores admitidos mediante concurso público específico, sem prejuízo da cooperação de voluntários. A propositura também define como objetivo da Defesa Civil planejar e promover a defesa permanente contra desastres de grandes proporções, prevenir ou remediar danos e socorrer e assistir à população eventualmente afetada por estes.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: foram realizadas duas audiências públicas, onde representante do autor, reafirmou que “a principal iniciativa do projeto é criar uma dotação orçamentária própria para a Defesa Civil de São Paulo e, dentro dessa dotação, que haja um quadro de funcionários próprios para a Defesa Civil” (fls. 54). A comissão emitiu parecer **pela legalidade** (fls. 31 a 33).

Comissão de Administração Pública: parecer **favorável** (fls.34)

Comissão de Finanças e Orçamento: foram realizadas duas audiências públicas (28/09/2011, fls. 52 a 55; 23/11/2011, fls. 56 a 61) nas quais não se observaram manifestações quanto ao projeto.

A Comissão encaminhou quesitos ao Executivo a fim de obter mais informação sobre o custo-benefício da medida, bem como sobre outros aspectos relevantes relativos à propositura (fls. 62). As respostas do Executivo encontram-se a fls. 64/104.

Segundo a **Coordenadoria Jurídica da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão** “A matéria tratada no projeto de lei versa sobre organização administrativa, cuja competência, nos termos da Constituição Federal, é do Chefe do Executivo (artigo 61, §1º, II, b, CF). Dessa forma [...] entende-se que matéria tratada no projeto de lei em questão não deve ser objeto de lei orgânica” (fls. 82).

Quanto ao impacto financeiro estimado, de acordo com a **Coordenadoria da Gestão de Pessoas da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 11 de junho de 2012, “a criação de estrutura formal nas hipóteses descritas implica criação de despesa anual da ordem de R\$ 31.893.441,64 (trinta e um milhões, oitocentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos), apenas com despesa de pessoal, sem considerar estrutura física, equipamentos, e outros serviços necessários, como limpeza, veículos, etc.” (fls. 97-verso).

Ademais, segundo a Assessoria Técnica da **Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão**, “o tema da proposta em análise já está devidamente disciplinado no âmbito municipal” (fls. 99) e “quanto ao mérito, não assiste à propositura melhor sorte” (fls. 101). “...a Coordenadoria de Defesa Civil opera com 580 servidores. Dentre eles, 556 são ocupantes de cargos efetivos. Os servidores estão distribuídos da

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

seguinte forma: 05 (cinco) servidores lotados na Assessoria da Defesa Civil e 557 (quinhentos e cinquenta e sete) servidores na Assessoria Executiva da Defesa Civil nas Subprefeituras....ao criar estrutura permanente para a Coordenadoria, importaria um aumento de despesa desnecessário, bem como a ociosidade dos servidores, ou seja, o desperdício de recursos financeiros e humanos./...a Coordenadoria da Defesa Civil tem, ... atualmente, a possibilidade de movimentar os servidores de acordo com suas necessidades, uma vez que as atividades são realizadas em esquema de plantão./...a criação de cargo específico...poderia engessar a administração..." (fls. 101-102)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto não implica renúncia de receita, entretanto criará obrigação de se destinarem recursos para a referida dotação orçamentária nas Leis Orçamentárias Anuais futuras, gerando despesas obrigatórias de caráter continuado. Conforme estimativas do Executivo, o impacto estimado será de ao menos R\$ 31,89 milhões anuais (somente com pessoal, sem contar outras despesas), além de a propositura implicar vício de iniciativa e de seu objeto já estar disciplinado no âmbito municipal.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas], art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] e art. 21 [que estabelece ser nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda as exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE EMENDA
À LEI ORGÂNICA Nº 6/2010**

O presente projeto de emenda à Lei Orgânica do Município de São Paulo, de autoria do nobre Vereador Ushitaro Kamia, visa acrescentar o artigo 88-A a esse diploma legal.

A propositura estabelece que a Defesa Civil do Município de São Paulo será instituída em caráter permanente, com dotação orçamentária própria, e integrada por quadro próprio de servidores admitidos mediante concurso público específico, sem prejuízo da cooperação de voluntários e define como seu objetivo planejar e promover a defesa permanente contra desastres de grandes proporções, prevenir ou remediar danos e socorrer e assistir à população eventualmente afetada por estes.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

11) PLO 5/2013 Ver. NATALINI (PV)		Votação		
		Favor	Contra	Abst.
ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 178 E ACRESCENTA O INCISO XII AO ARTIGO 41, AMBOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
	Ver. OTA (PROS)	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: CONTRARIO				

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 8 (oito) sessões em 05/08/2015 a pedido do Ver. Abou Anni;

Adiado por 2 (duas) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura;

Adiado por 4 (quatro) sessões em 28/10/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

ASSUNTO: aumenta de 5 (cinco) para 30 (trinta) dias úteis a antecedência com a qual devem ser enviadas pelo Executivo à Câmara Municipal as planilhas e outros elementos que sirvam de base para a fixação do valor da tarifa de transporte público. Além disso, obriga a Câmara Municipal a convocar 2 (duas) audiências públicas para a análise desses critérios.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade (fls. 13/15), com apresentação de substitutivo que “visa adaptar a propositura às regras de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 95/98, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, visto que o artigo 41 da Lei Orgânica do Município de São Paulo trata especificamente sobre a necessidade de 2 (duas) audiências públicas na tramitação de projetos, hipótese que não se enquadra na presente proposta que visa a necessidade duas audiências públicas na análise de planilhas e elementos do Executivo para a fixação da tarifa do sistema de transporte coletivo de passageiros” (fls. 14).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: realizou duas audiências públicas (fls. 16 a 18 e 19 a 22, com citações a fls. 18 e 22). Exarou parecer favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 23 e 24).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O presente projeto, se aprovado, implicará gastos, em tese, já orçados.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 5/2013

O presente projeto de emenda à Lei Orgânica do Município de São Paulo, de autoria do nobre Vereador Gilberto Natalini, visa aumentar de 5 (cinco) para 30 (trinta) dias úteis a antecedência com a qual devem ser enviadas pelo Executivo à Câmara Municipal as planilhas e outros elementos que sirvam de base para a fixação do valor da tarifa de transporte público. Além disso, obriga esta Casa a convocar 2 (duas) audiências públicas para a análise desses critérios.

Apesar dos meritórios propósitos do nobre Autor, temos a ponderar que a aprovação de tal propositura, ao aumentar a antecedência mínima necessária do envio das planilhas, aumentaria o grau de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

incerteza das estimativas das planilhas que servem de base para a fixação do valor da tarifa de transporte público.

Com o aumento do grau de incerteza de tais estimativas, cresce a incerteza quanto a estimativa do valor orçado da atividade orçamentária “Compensações tarifárias do sistema de ônibus”, cuja dotação é de R\$ 1.422.175.002,00 (um bilhão, quatrocentos e vinte e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e dois reais) para o Orçamento do Município de São Paulo no ano de 2015 (Lei nº 16.099, de 30 de dezembro de 2014). Tendo em vista que essa ação representa cerca de 70% do orçamento total da Secretaria de Transportes, o aumento de incerteza quanto às estimativas contidas na planilha significaria um aumento substancial da imprevisibilidade quanto às necessidades orçamentárias de todo esse órgão.

Ademais, o encaminhamento das informações acerca da tarifa no prazo ora vigente não elide a análise por parte do Poder Legislativo. Qualquer que seja o prazo prévio de encaminhamento da informação, o valor da tarifa, normalmente, vigora por período longo, permitindo que tanto esta Casa como a população em geral possam examinar os dados que embasaram a alteração tarifária, não se justificando, destarte, tal antecedência, com as consequências possíveis acima apontadas.

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos de Deliberação das Comissões

12) PL 365/2011	Ver. QUITO FORMIGA (PSDB)	Votação		
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXISTÊNCIA DE CADEIRAS DE RODAS EM EDIFÍCIOS COMERCIAIS E RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na comissão.

ASSUNTO: visa obrigar os Edifícios Comerciais e os Residenciais multifamiliares, localizados no Município de São Paulo, servidos por elevadores de passageiros, a manterem cadeiras de rodas para uso de seus usuários, moradores, ou visitantes que, por algum motivo, estejam impossibilitados de se locomover ou apresentarem mobilidade reduzida.

Estabelece prazo de 90 (noventa) dias contados da data da sua publicação, para que as edificações se adaptem à nova exigência.

O art. 3º impõe ao infrator multa no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), dobrada se após 30 (trinta) dias da lavratura da primeira multa a infração subsistir.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 90-93) pela constitucionalidade e legalidade, com substitutivo para adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa.

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: (fl. 94) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: (fl. 95) Favorável.

Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo, fl. 99. Resposta do Executivo: (fls. 101-111)

- SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência: "Manifestamo-nos favoráveis ao **veto total** do PL em epígrafe, considerando que a indicação de órteses e meios auxiliares para locomoção devem partir de prescrição individual que atenda exatamente a necessidade da pessoa com deficiência que a utiliza.

No caso da aquisição de cadeira de rodas e andadores genéricos para os edifícios, esta condição individual não seria atendida levando em conta as diferenças biofísicas e das patologias pelas quais as pessoas estão acometidas." (fl. 102)

- Secretário Municipal da Saúde José de Filippi Junior: "O Projeto de Lei nº 365/2011, não reúne condições de prosperar na forma como se apresenta. Razão pela qual, nesta oportunidade, somos **contrários** ao prosseguimento do Projeto de Lei em comento." (fl. 104)

- Coordenadoria do Sistema Municipal de Atenção às Urgências e Emergências COMURGE/SMS.G: "O atendimento de indivíduo em caso de acidente ou situação de emergência é sempre preferível que seja feito por pessoal treinado, que possui a expertise necessária, não sendo recomendado que o atendimento e transporte momentâneo de pessoa nestas circunstâncias sejam realizados por indivíduo leigo." (fl. 105)

- Secretário Municipal da Saúde Alexandre Rocha Santos Padilha: (fl. 106) "... reiteramos pelo VETO

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

TOTAL ao Projeto de Lei em comento.”

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas com fiscalização, consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, havendo demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrar que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e métodos de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afeta as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia / Gilberto Rodrigues

Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 365/2011

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, visa obrigar os edifícios comerciais e os residenciais multifamiliares, localizados no Município de São Paulo, servidos por elevadores de passageiros, a manterem cadeiras de rodas para uso de seus usuários, moradores ou visitantes que, por algum motivo, estejam impossibilitados de se locomover ou apresentarem mobilidade reduzida.

A propositura estabelece prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da sua publicação como lei, para que as edificações se adaptem à nova exigência.

O art. 3º impõe ao infrator multa no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), dobrada se após 30 (trinta) dias da lavratura da primeira multa a infração subsistir.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

13) PL 606/2011 Ver. FRANCISCO CHAGAS (PT)		Votação			
DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE CAIXAS DE PAPELÃO USADAS PARA EMBALAR COMPRAS NO VAREJO E SUPERMERCADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB) Parecer: CONTRARIO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na comissão.

ASSUNTO: proíbe a utilização de caixas de papelão usadas na embalagem de compras em mercados, mercearias, quitandas, supermercados, hipermercados, açougues, bares, restaurantes, padarias, congêneres e todo e qualquer estabelecimento comercial do Município de São Paulo. Determina a eventuais infratores de suas disposições as penas de advertência, multa de 1000 (mil) UFMs, suspensão da atividade por 5 (cinco) dias e fechamento definitivo, conforme as reincidências, a serem regulamentadas pelo órgão competente no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo proposto para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, fixar a multa em reais, tendo em vista a extinção da UFM, e também para substituir a sanção do fechamento definitivo do estabelecimento pela suspensão do exercício da atividade por 30 (trinta) dias, em atenção ao princípio da proporcionalidade (fls. 62-65).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 107-108).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: contrário, tendo em vista que o reaproveitamento das embalagens de papelão deve ficar a critério do consumidor e em face de considerar a existência e funcionamento de uma estrutura logística e de reciclagem desse material que de alguma forma tem dado destinação satisfatória para o descartável (fls. 109). Há voto vencido do Relator (fls. 110-111).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 107-108).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram solicitadas informações ao Executivo (fl. 114) com respostas nas fls. 117 a 144:

-“A proposta legislativa não coaduna com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, na medida em que a mesma estabelece uma nova ordem hierárquica para a gestão de resíduos sólidos, a saber: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento, destinação final ambientalmente adequada. Neste sentido, fica evidenciada a reutilização das caixas de papelão para o transporte de compras no varejo e supermercados, não restringindo outras reutilizações posteriores.” – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (fl. 117).

-“A Lei nº 15.374/11, bem como sua regulamentação, valoriza o conceito de reutilização e estabelece instrumentos para sua aplicabilidade, conforme preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Desta forma, por estimular o uso de sacolas e por desestimular a reutilização de caixas de papelão, a presente proposição não coaduna com as ações da Lei 15.374/11. Portanto, no que se refere Política Nacional de

Resíduos Sólidos e às diretrizes adotadas por esta municipalidade para sua plena aplicação, nos manifestamos pelo veto do referido PL.” – idem (fls. 119/120).

– “a propositura não causaria impacto orçamentário-financeiro, tendo em vista que as ações no comércio varejista de alimentos já são realizadas conforme exposto, dentro do atual orçamento” – Coordenação de Vigilância em Saúde – Secretaria Municipal de Saúde (fl. 133).

– “a reutilização responsável e segura de caixa de papelão para transporte de compras, bem como, o seu adequado destino após o uso pode ser viabilizado desde que obedecidos os requisitos de Boas Práticas e os ordenamentos jurídicos aplicáveis. Diante do exposto, sugiro o veto total do Projeto de Lei nº 606/2011.” – idem (fl. 142).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Segundo manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, “a propositura não causaria impacto orçamentário-financeiro, tendo em vista que as ações [fiscalização] no comércio varejista de alimentos já são realizadas conforme exposto, dentro do atual orçamento”

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo / Economia

PARECER Nº
ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 606/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Francisco Chagas, visa proibir a utilização de caixas de papelão usadas na embalagem de compras em mercados, mercearias, quitandas, supermercados, hipermercados, açougues, bares, restaurantes, padarias, congêneres e todo e qualquer estabelecimento comercial do Município de São Paulo. Determina ainda a propositura que a eventuais infratores de suas disposições serão aplicadas as penas de advertência, multa de 1000 (mil) UFMs, suspensão da atividade por 5 (cinco) dias e fechamento definitivo, conforme as reincidências, a serem regulamentadas pelo órgão competente no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do projeto como lei.

Apesar das elevadas intenções do nobre Vereador autor, consideramos que a propositura não deve prosperar, pois, segundo manifestação do Executivo, “A proposta legislativa não coaduna com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, na medida em que a mesma estabelece uma nova ordem hierárquica para a gestão de resíduos sólidos, a saber: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento, destinação final ambientalmente adequada. Neste sentido, fica evidenciada a reutilização das caixas de papelão para o transporte de compras no varejo e supermercados, não restringindo outras reutilizações posteriores... A Lei nº 15.374/11, bem como sua regulamentação, valoriza o conceito de reutilização e estabelece instrumentos para sua aplicabilidade, conforme preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Desta forma, por estimular o uso de sacolas e por desestimular a reutilização de caixas de papelão, a presente propositura não coaduna com as ações da Lei 15.374/11. Portanto, no que se refere Política Nacional de Resíduos Sólidos e às diretrizes adotadas por esta municipalidade para sua plena aplicação, nos manifestamos pelo veto do referido PL... a reutilização responsável e segura de caixa de papelão para transporte de compras, bem como, o seu adequado destino após o uso pode ser viabilizado desde que obedecidos os requisitos de Boas Práticas e os ordenamentos jurídicos aplicáveis”.

Tendo em vista as manifestações técnicas acima apontadas, entendemos que a matéria vem de encontro ao interesse público.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Contrário, portanto, é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

<div>14) PL 274/2012</div> <div>Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS); Ver. JEAN MADEIRA (PRB); Ver. EDIR SALES (PSD)</div> <div>DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS RESTAURANTES, BARES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES EM DISPONIBILIZAR MEIA PORÇÃO OU REFEIÇÃO PARA AQUELES QUE, COMPROVADAMENTE, FORAM SUBMETIDOS À CIRURGIA BARIÁTRICA OU GASTROPLASTIA, BEM COMO COBRAR PARA OS MESMOS, VALOR IGUAL OU INFERIOR A 50% DO TOTAL, NOS SISTEMAS DE RODÍZIO OU AUTOSSERVIÇO ILIMITADO DE REFEIÇÕES (SELF-SERVICES), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</div> <div>Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)</div> <div>Parecer: FAVORAVEL</div>	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.
Vistas concedidas ao Ver. Milton Leite em 17/4/2013 e ao Ver. Laércio Benko em 21/5/2014.

ASSUNTO: dispõe sobre a obrigatoriedade dos restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres em disponibilizar meia porção para aqueles que, comprovadamente, foram submetidos à Cirurgia Bariátrica ou Gastroplastia, bem como cobrar para os mesmos, valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, nos sistemas de rodízio ou autosserviço ilimitado de refeições (self-services).

De acordo com a propositura, estão excluídas da referida obrigatoriedade as refeições que não ultrapassem o peso de 250g, as bebidas e coquetéis e os casos em que a cobrança é realizada pelo peso da refeição. Os estabelecimentos que ofereçam aos clientes refeições e porções à vontade, por preço fixo pré-estabelecido, em sistema de rodízio ou de autosserviço, devem cobrar pelas mesmas valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do total. O interessado em receber os benefícios elencados na proposta deverá comprovar sua condição de gastroplastizado apresentando laudo emitido por médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina. O não cumprimento do disposto no projeto por parte dos estabelecimentos elencados, implicará em multa, dobrada ou triplicada no caso de reincidência.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 28/31).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 33/34).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher: parecer favorável (fl. 38)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto pode gerar impacto orçamentário devido a, principalmente, acréscimos de custos de fiscalização, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária. Ressalte-se que a exigência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente a

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

demonstrativos que mostrem tais dados situa-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, razão de ser dessa norma, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, e, do Regimento Interno.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista
Revisão: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economista / Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 274/2012

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa dispor sobre a obrigatoriedade dos restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres disponibilizar meia porção para aqueles que, comprovadamente, foram submetidos à Cirurgia Bariátrica ou Gastroplastia, bem como cobrar para os mesmos, valor igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, nos sistemas de rodízio ou autosserviço ilimitado de refeições (self-services).

De acordo com a propositura, estão excluídas da referida obrigatoriedade as refeições que não ultrapassem o peso de 250 gramas, as bebidas e coquetéis e os casos em que a cobrança é realizada pelo peso da refeição.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

15) PL 379/2013	Ver. DALTON SILVANO (DEMOCRATAS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE NOS TÁXIS DA CIDADE DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 1 (uma) sessão em 15/10/2015 a pedido do Ver. José Police Neto;

Adiado por 1 (uma) sessão em 21/10/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes;

Adiado por 2 (duas) sessões em 28/10/2015 a pedido do Ver. Milton Leite.

ASSUNTO: dispõe sobre a autorização e regulamentação de veiculação de publicidade nos táxis credenciados da Cidade de São Paulo.

O art. 3º do projeto estabelece que a veiculação de propaganda se dará no encosto da cabeça do banco traseiro do passageiro e do motorista, em vinil, com espaço destinado a colocação de jornais, revistas e folders promocionais.

O art. 4º autoriza a veiculação de publicidade na forma de mensagens colocadas em películas não refletidas no vidro traseiro do veículo. A película não poderá ser inferior a 70% do espaço disponível no vidro, observadas ainda as demais condições estabelecidas em resolução do Contran.

A película terá transparência mínima de 50% olhando de dentro para fora do veículo, a fim de não dificultar a visão dos motoristas;

O art. 5º veda as veiculações de publicidade de cigarros, bebidas alcoólicas, propaganda de caráter político, motéis, exposição de menores em situações constrangedoras e casas de prostituição.

O art. 6º dispõe que caberá à Secretaria Municipal de Transportes a regulamentação desta propositura no prazo máximo de 120 dias.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 93-96) pela legalidade, com substitutivo “a fim de: (i) inserir o pretendido pela propositura no bojo da Lei nº 14.223/06 que já versa sobre a matéria contida no texto proposto, em atenção ao previsto no art. 7º, IV da Lei Complementar nº 95/98; (ii) excluir o disposto no § 1º do art. 2º do texto proposto, tendo em vista que a Resolução nº 73 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, foi revogada, não sendo de boa técnica legislativa à alusão a tais normas em textos legais, supressão esta que, evidentemente, não prejudica a necessidade de observância de referida norma quando da regulamentação da lei a que o projeto pretende dar origem; (iii) alterar a redação do § 2º do art. 4º do texto proposto para substituir o termo “inferior” pelo termo “superior”, tendo em vista que o fim pretendido com este dispositivo certamente é assegurar a visibilidade, até porque não seria razoável impedir a publicidade em tamanho inferior ao permitido se assim o desejasse o interessado; (iv) excluir o disposto no § 3º do art. 4º do texto proposto, tendo em vista que o Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/97, no art. 111, III, atribui ao CONTRAN a competência para reger tal assunto, o que foi feito por meio da Resolução nº 254/07, a qual prevê que a transmissão luminosa não

poderá ser inferior a 70% para os vidros indispensáveis à dirigibilidade do veículo (art. 3º, caput, c/c seu § 3º); e, (v) excluir o art. 6º do texto proposto, tendo em vista que incide em inconstitucionalidade por violação do princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes ao dispor sobre atribuições de órgãos da administração pública, sujeitos com exclusividade à direção do Chefe do Poder Executivo”.

A Lei Nº 14.223, de 26/09/2006, dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

“Art. 9º. É proibida a instalação de anúncios em:

...

XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos "trailers" ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados aqueles utilizados para transporte de carga.”

O substitutivo da CCJLP altera a redação do inciso XII do art. 9º da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 e acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao mesmo dispositivo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos “trailers” ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados **os táxis e** aqueles utilizados para transporte de carga”.

§ 1º Em relação aos táxis, a veiculação de publicidade prevista no inciso XII deste artigo ocorrerá no encosto da cabeça do banco traseiro do passageiro e do motorista, em vinil, com espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais ou por meio de mensagens colocadas em películas não refletivas no vidro traseiro do veículo, as quais não poderão ser superiores a 70% (setenta por cento) do espaço disponível no vidro.

§ 2º Fica vedada a veiculação de publicidade de cigarros, bebidas alcoólicas, propaganda de caráter político, motéis, exposição de menores em situações constrangedoras e casas de prostituição. (NR)

Comissão de Administração Pública: (fls. 98-99) Favorável, com substitutivo “a fim de tornar claro o local onde será exibida a publicidade no interior do automóvel” (“Diante da perspectiva de que este tipo de publicidade ocorra geralmente no banco dianteiro, seja do motorista, seja do passageiro, a fim de que a mensagem seja vista pelo passageiro acomodado no banco traseiro, que tem em seu campo de visão tanto a publicidade, quanto o espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais, apresentamos a seguinte redação com a devida correção...”)

Substitutivo da Comissão de Administração Pública:

“§ 1º Em relação aos táxis, a veiculação de publicidade prevista no inciso XII deste artigo ocorrerá no encosto da cabeça do banco ~~traseiro~~ do passageiro e do motorista, em vinil, com espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais ou por meio de mensagens colocadas em películas não refletivas no vidro traseiro do veículo, as quais não poderão ser superiores a 70% (setenta por cento) do espaço disponível no vidro.”

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: Favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Administração Pública (fls. 100 e 101)

Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo, fl. 102 com Resposta do Executivo, às fls.105-126.

SP-Urbanismo: “... não julgamos conveniente a alteração da Lei nº 14.223/06 pelos motivos que seguem:

1) O impacto causado a toda a população pelo anúncio publicitário no vidro traseiro dos táxis teria como único beneficiário o taxista, o que é inaceitável;

2) A outra proposta de veiculação de anúncio publicitário "no encosto da cabeça do banco do passageiro e do motorista, em vinil, com espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais", não é visível do logradouro público e portando não demanda uma alteração na Lei!" (fl. 116)

Secretaria Municipal de Transportes: "... devemos destacar que os anúncios publicitários foram apenas regulamentados na parte externa, no tocante aos elementos que compõem a paisagem urbana. Não há proibição da propaganda em locais internos ou naqueles que não interfiram em seu objetivo principal, que é o controle da poluição visual da cidade.

Note-se que, os anúncios publicitários nos veículos táxis estão autorizados e regulamentados na parte interior desses veículos, através das Portarias expedidas pelo Secretário Municipal de Transportes (Portaria nº 163/2010 - SMT.GAB) e pelo Diretor do Departamento de Transportes Públicos (Portaria nº 119/2011 - DTP.GAB).

No que se refere à publicidade externa nos veículos táxi, entendemos que a Lei 14.223 já contempla ao interesse público, autorizando mediante análise dos órgãos competentes e da CPPU (Comissão de Proteção da Paisagem Urbana) os anúncios especiais que possuem utilidade pública.

Desta maneira, entendemos que a permissão da instalação de anúncios e publicidade na forma proposta pelo Projeto de Lei em epígrafe, no que se refere à parte externa dos veículos não atende ao interesse público devido aos possíveis impactos na carga de poluição visual da cidade, e ressaltamos, outrossim, que tal atividade já está contemplada com a autorização de publicidade no espaço interno dos veículos como alternativa de atividade econômica para a categoria, mediante o cumprimento das normas estabelecidas. Neste sentido, a propositura não traz inovação jurídica pois sua proposta já está contemplada nos dispositivos legais vigentes.

Diante do exposto, opinamos no sentido de apresentar **parecer contrário ao projeto**, uma vez que as normativas vigentes já atendem ao interesse econômico da categoria e ao interesse público." (fls. 110-111)

Secretaria Municipal de Transportes - Chefia de Gabinete: "... manifesto-me pelo veto ao Projeto de Lei nº 379/2013." (fl. 115)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, referentes à fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno.

O **Autor** propôs Substitutivo ao substitutivo da Comissão de Administração Pública, com as seguintes alterações.

No Art. 1º do projeto, inciso XII do art. 9º da Lei nº 14.223:

§ 1º Em relação aos táxis, a veiculação de publicidade prevista no inciso XII deste artigo ocorrerá no encosto da cabeça ~~do banco do passageiro e do motorista,~~ dos bancos dianteiros em vinil,

com espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais ou por meio de mensagens colocadas em películas não refletivas no vidro traseiro do veículo, as quais ~~não poderão ser superiores a 70% (setenta por cento)~~ **deverão ser de 100% (cem por cento) do espaço disponível no vidro.**

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 379/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa dispor sobre a autorização e regulamentação de veiculação de publicidade nos táxis credenciados da cidade de São Paulo.

O art. 3º do projeto estabelece que a veiculação de propaganda se dará no encosto da cabeça do banco traseiro do passageiro e do motorista, em vinil, com espaço destinado a colocação de jornais, revistas e folders promocionais.

O art. 4º autoriza a veiculação de publicidade na forma de mensagens colocadas em películas não refletidas no vidro traseiro do veículo. A película não poderá ser inferior a 70% do espaço disponível no vidro, observadas ainda as demais condições estabelecidas em resolução do Contran e terá transparência mínima de 50% olhando de dentro para fora do veículo, a fim de não dificultar a visão dos motoristas.

O art. 5º veda as veiculações de publicidade de cigarros, bebidas alcoólicas, propaganda de caráter político, motéis, exposição de menores em situações constrangedoras e casas de prostituição.

O art. 6º dispõe que caberá à Secretaria Municipal de Transportes a regulamentação desta propositura no prazo máximo de 120 dias.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo “a fim de: (i) inserir o pretendido pela propositura no bojo da Lei nº 14.223/06 que já versa sobre a matéria contida no texto proposto, em atenção ao previsto no art. 7º, IV da Lei Complementar nº 95/98; (ii) excluir o disposto no § 1º do art. 2º do texto proposto, tendo em vista que a Resolução nº 73 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, foi revogada, não sendo de boa técnica legislativa à alusão a tais normas em textos legais, supressão esta que, evidentemente, não prejudica a necessidade de observância de referida norma quando da regulamentação da lei a que o projeto pretende dar origem; (iii) alterar a redação do § 2º do art. 4º do texto proposto para substituir o termo “inferior” pelo termo “superior”, tendo em vista que o fim pretendido com este dispositivo certamente é assegurar a visibilidade, até porque não seria razoável impedir a publicidade em tamanho inferior ao permitido se assim o desejasse o interessado; (iv) excluir o disposto no § 3º do art. 4º do texto proposto, tendo em vista que o Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/97, no art. 111, III, atribui ao CONTRAN a competência para reger tal assunto, o que foi feito por meio da Resolução nº 254/07, a qual prevê que a transmissão luminosa não poderá ser inferior a 70% para os vidros indispensáveis à dirigibilidade do veículo (art. 3º, caput, c/c seu § 3º); e, (v) excluir o art. 6º do texto proposto, tendo em vista que incide em inconstitucionalidade por violação do princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes ao dispor sobre atribuições de órgãos da administração pública, sujeitos com exclusividade à direção do Chefe do Poder Executivo”.

A colenda Comissão de Administração Pública, por sua vez, apresentou parecer favorável, com substitutivo “a fim de tornar claro o local onde será exibida a publicidade no interior do automóvel”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, o Autor sugeriu substitutivo ao substitutivo da

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Administração Pública, que acolhemos, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 379/2013

Altera a redação da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do inciso XII do art. 9º da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, e acrescidos os parágrafos 1º e 2º ao mesmo dispositivo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º ...

...

XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos “trailers” ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados os táxis e aqueles utilizados para transporte de carga.

§ 1º Em relação aos táxis, a veiculação de publicidade prevista no inciso XII deste artigo ocorrerá no encosto da cabeça dos bancos dianteiros, em vinil, com espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais ou por meio de mensagens colocadas em películas não refletivas no vidro traseiro do veículo, as quais deverão ser de 100% (cem por cento) do espaço disponível no vidro.

§ 2º Fica vedada a veiculação de publicidade de cigarros, bebidas alcoólicas, propaganda de caráter político, motéis, exposição de menores em situações constrangedoras e casas de prostituição.” (NR)

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

16) PL 510/2013		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ESTABELECIMENTOS QUE ESPECIFICA, QUE FUNCIONAM DENTRO DAS ESCOLAS DA REDE PARTICULAR DE ENSINO, A DIVULGAREM INFORMAÇÕES QUE MENCIONA, REFERENTES À PRESENÇA E À DISCRIMINAÇÃO DE QUANTIDADES EM SUAS TABELAS NUTRICIONAIS DOS ALIMENTOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.					Favor	Contra	Abst.
				Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
				Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
				Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
				Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
				Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
				Ver. OTA (PROS)	-	-	-
				Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
				Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)							
Parecer: FAVORAVEL							
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.							
ASSUNTO: obriga bares, lanchonetes, cantinas, quiosques, restaurantes e estabelecimentos similares, que funcionam dentro das escolas da rede particular de ensino, a divulgarem as seguintes informações, referentes aos alimentos comercializados em seus estabelecimentos: I - calorias:							

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

II - a presença de glúten;

III - a concentração de carboidratos, incluindo-se lactose;

IV - a concentração de triglicérides, colesterol, fibras, sais minerais com sódio, cálcio, ferro, potássio, e vitaminas.

De acordo com a propositura, as referidas informações serão divulgadas nos cardápios dos estabelecimentos ou, em caso de estabelecimento que não possua cardápio, em impressos, cartazes e placas visíveis e legíveis a todos os consumidores.

O projeto dispõe ainda que as escolas da rede pública municipal poderão implementar as tabelas nutricionais acima citadas, e estabelece multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), valor aplicado em dobro a cada reincidência, a eventuais infratores.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 93-95).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 96).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: realizou duas audiências públicas, em 07/05/14 (fls. 98-99, menção ao projeto a fls. 99, consistindo em manifestação da assessoria do Vereador autor, sem outras manifestações) e 21/05/2014 (fls. 100-101, menção ao projeto a fls. 101, consistindo em manifestação da assessoria do Vereador autor).

A Comissão exarou parecer favorável (fls. 102).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fls. 103).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 104); resposta a fls. 106/126:

- "... Considerando que: 1) a propositura contém problemas de redação, sobretudo na ementa; 2) bares e restaurantes não funcionam dentro de escolas do Município; 3) as substâncias que se propõe que sejam informadas em relação aos alimentos comercializados nas escolas não são exatamente o que a ANVISA determina, em termos de rotulagem de alimentos, sugerimos o veto do PL 510/13 em seu inteiro teor" – Assistência Técnica/Assessoria Técnica e de Planejamento/Secretaria Municipal de Educação (fls. 108);

- "... ratificamos o parecer da Assistência Técnica desta Pasta, sugerindo o veto ao Projeto de Lei nº 510/13 em seu inteiro teor, uma vez que as escolas da rede particular, objeto do presente, excetuando-se as unidades de educação infantil, não estão subordinadas ao sistema municipal de ensino" – Assessoria Técnica e de Planejamento/Gabinete do Secretário/ Secretaria Municipal de Educação (fls. 110);

- "... O projeto de lei não deve prosperar, tendo em vista que a propositura do mesmo já se encontra abarcada na legislação vigente" – Coordenação de Vigilância em Saúde/Secretaria Municipal da Saúde (fls. 112);

- "... Informamos que existem recursos utilizados para as ações de vigilância em saúde. O cumprimento das normas sanitárias já está previsto no orçamento no que tange a fiscalização" – idem (fls. 121).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A propositura implica custos de fiscalização ao Poder Público; conforme informado pelo Executivo, o "cumprimento das normas sanitárias já está previsto no orçamento no que tange a fiscalização". Além disso, implicaria elevação dos custos dos estabelecimentos objeto da regulação, o que poderia levar, em tese, a aumento de preços das refeições nas escolas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves – Consultor Técnico Legislativo – Economia / Regina Eiko Kimachi -

Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 510/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Nomura, visa obrigar bares, lanchonetes, cantinas, quiosques, restaurantes e estabelecimentos similares, que funcionam dentro das escolas da rede particular de ensino, a divulgarem as seguintes informações, referentes aos alimentos comercializados em seus estabelecimentos:

I - calorias;

II - a presença de glúten;

III - a concentração de carboidratos, incluindo-se lactose;

IV - a concentração de triglicérides, colesterol, fibras, sais minerais com sódio, cálcio, ferro, potássio, e vitaminas.

De acordo com a propositura, as referidas informações serão divulgadas nos cardápios dos estabelecimentos ou, em caso de estabelecimento que não possua cardápio, em impressos, cartazes e placas visíveis e legíveis a todos os consumidores.

O projeto dispõe, ainda, que as escolas da rede pública municipal poderão implementar as tabelas nutricionais acima citadas.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

17) PL 514/2013		Votação			
Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. PR. EDEMILSON CHAVES (PP)			Favor	Contra	Abst.
AUTORIZA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DO DTP - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO, A UTILIZAR O ENCOSTO DE CABEÇA DOS BANCOS DIANTEIROS (PARTE TRASEIRA) DOS TAXIS PARA VEICULAR PROPAGANDA INSTITUCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na comissão.

ASSUNTO: Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo, através do DTP - Departamento de Transporte Público, a utilizar o encosto de cabeça dos bancos dianteiros (parte traseira) dos táxis para veicular propaganda institucional como campanhas, números de telefones úteis, etc..

O DTP criará mecanismos de fiscalização para acompanhar o correto uso da nova aplicação.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 61-63) pela legalidade, com substitutivo “a fim de adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa suprimindo sua característica de norma autorizativa imprópria e também para inserir o pretendido pela propositura no bojo da Lei nº 14.223/06 que já versa sobre a matéria contida no texto proposto, em atenção ao previsto no art. 7º, IV da Lei Complementar nº 95/98.”

A Lei Nº 14.223, de 26/09/2006, dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

“Art. 9º. É proibida a instalação de anúncios em:

...

XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos "trailers" ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados aqueles utilizados para transporte de carga.”

O substitutivo da CCJLP altera a redação do inciso XII do art. 9º da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 e acrescenta o parágrafo único ao mesmo dispositivo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos “trailers” ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados **os táxis** e aqueles utilizados para transporte de carga.

Parágrafo único. Em relação aos táxis, será permitida a veiculação de propaganda institucional na parte traseira do encosto da cabeça do banco dianteiro do passageiro e do motorista”. (NR)

Comissão de Administração Pública: (fl. 64) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: (fl. 65) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo, fl. 68. Resposta do Executivo: (fls. 69-87)

SP- URBANISMO: “... consideramos que a Lei nº 14.223/06 teve como um de seus objetivos fundamentais a ordenação da paisagem urbana, controlando os impactos causados pela publicidade visível do logradouro público.

A veiculação de anúncio publicitário “na parte traseira do encosto da cabeça do banco dianteiro do passageiro e do motorista”, não é visível do logradouro público e portando não demanda uma alteração na Lei! Com este motivo, consideramos que a proposta de alteração da Lei nº 14.223/06 não deve prosperar.” (fl. 71)

Secretaria Municipal de Transportes:

“A Lei 7.329, de 11 de julho de 1969, que normatiza a execução do serviço de transporte individual de passageiros com veículos de aluguel à taxímetro, determina que compete à Secretaria Municipal de Transportes a autorização de equipamentos que não sejam originais de fábrica nos veículos utilizados para a prestação de serviços.

Abaixo segue transcrição do artigo da Lei supracitada que demonstra a infração cometida pela utilização de equipamentos não autorizados:

.....
Artigo 42º - Aos permissionários e aos condutores de táxis serão aplicadas penalidades classificadas em Grupos A, B, C e D, nos seguintes casos de infração:

PENALIDADES DO GRUPO “B”:

(...)

X - Utilizar veículo no serviço de táxi com equipamentos que não sejam originais de fábrica ou aprovados pela Secretaria Municipal de Transportes.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

(...) entende que a matéria em questão e a propositura em si não são passíveis de projeto de Lei, uma vez que a definição da competência já está delineada através da Lei 7.329/1969. A edição de normas complementares à Lei retromencionada, nesta esteira, é realizada por meio de portaria expedida pelo Secretário Municipal de Transportes.

Considerando esta prerrogativa legal, a SMT editou as Portarias nº 163/2010 - SMT.GAB ... e a Portaria nº 119/2011- DTP.SMT, que autoriza a utilização de equipamentos não originais de fábrica no interior dos veículos táxi com a finalidade de entretenimento ou exploração publicitária, mediante critérios que atendam ao interesse público.

Note-se que as Portarias retromencionadas autorizam não somente a exploração publicitária no encosto de cabeça, mas autoriza também quaisquer tipos de mídia televisiva e impressa, e reserva à municipalidade 15% (quinze por cento) do espaço destinado à publicidade para propaganda institucional e de utilidade pública, realizadas ou apoiadas pela Prefeitura de São Paulo.

Diante do exposto, opinamos, s.m.j., no sentido de apresentar **parecer contrário** ao projeto de lei em tela, levando-se em consideração a legislação vigente que regula os serviços de táxi no Município e por não trazer inovação jurídica ao ordenamento normativo municipal.”(fls. 83-84)

“... pelo veto total ao Projeto de Lei nº 514/13” (fl. 87)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Tendo em vista a manifestação do Executivo, o projeto, em tese, não acarreta novas despesas de fiscalização.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves – Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 514/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Pr. Edemilson Chaves e Mário Covas Neto, visa autorizar a Prefeitura do Município de São Paulo, através do DTP - Departamento de Transporte Público, a utilizar o encosto de cabeça dos bancos dianteiros (parte traseira) dos táxis para veicular propaganda institucional da cidade como campanhas, números de telefones úteis, entre outros.

O Departamento de Transporte Público, conforme o art. 2º, deverá criar mecanismos de fiscalização para acompanhar o correto uso da nova aplicação.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo “a fim de adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa suprimindo sua característica de norma autorizativa imprópria e também para inserir o pretendido pela propositura no bojo da Lei nº 14.223/06 que já versa sobre a matéria contida no texto proposto, em atenção ao previsto no art. 7º, IV da Lei Complementar nº 95/98.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

18) PL 610/2013	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DOS MATERIAIS METÁLICOS RECICLÁVEIS E CADASTRO DOS FORNECEDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					
ASSUNTO: dispõe sobre a comprovação da origem dos materiais metálicos recicláveis e cadastro dos fornecedores.					
Pelo art. 1º, as empresas que desenvolvem atividades comerciais como recicladoras, localizadas no Município de São Paulo, deverão manter registros que comprovem a origem dos fios de cobre e fios metálicos em geral, bem como arames, placas, tubos, tampos e outros do gênero, em aço, cobre, alumínio, ferro ou qualquer outro material metálico que adquirirem Determina o art. 2º que as empresas deverão cadastrar, no ato da compra, os fornecedores dos materiais mencionados no art. 1º, mediante a apresentação de um documento oficial de identidade e a informação de seu respectivo endereço.					
Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: <u>pela legalidade</u> (fls. 45/47) com apresentação de substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 46).					
Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou audiências públicas (fls. 48 – menção do PL a fls. 48-verso - e fls. 49/52 – menção a fls. 50-verso) e solicitou informações ao Executivo (fls. 53), com resposta a fls. 55/71:					
- “... É fato que uma boa parte dos materiais recicláveis é oriunda dos “catadores/moradores de rua”, que não possuem endereço fixo, bem como alguns não possuem documento de identificação, portanto, a meu ver, tal exigência poderá criar dificuldades para tais pessoas, na busca do seu sustento.					
Também é necessário observar que os Agentes Vistores, lotados nas diversas Subprefeituras, fiscalizam questões relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano, não estando, portanto, dentro de suas atribuições a realização de auditoria em registros, exceto quanto a falta ou desvirtuamento da devida licença de funcionamento. Nem investiga a origem das mercadorias, na forma descrita na justificativa de folha 05, cabendo aos órgãos policiais tal finalidade” – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS - Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo (fls. 56);					
- “... O simples cadastro não irá garantir que a origem de determinado material, por exemplo: “arame” ou “ferro”, seja de determinada pessoa constante no cadastro. Mesmo porque a alta rotatividade de materiais recicláveis, nestes estabelecimentos é muito grande, bem como são estocados em um mesmo espaço, inviabilizando a sua vinculação à origem.					
Diante do exposto é forçoso considerar que é inviável sua fiscalização pelos Agentes Vistores, das Subprefeituras ” – idem (fls. 57).					
- “... não enxergamos em AMLURB condições e competência de colocar em prática tal controle proposto... somos ... de parecer desfavorável ao PL. “– SECRETARIA DE SERVIÇOS – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana AMLURB (fl. 63)					
Essa Comissão exarou parecer contrário (fls. 72/73) concordando “com a inviabilidade das medidas propostas”.					

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável ao texto original (fls. 74/75).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme informações do Executivo acima transcritas, não seria atribuição dos Agentes Vistores fiscalizar o disposto no projeto. Caso a propositura fosse convertida em lei, haveria geração de despesas obrigatórias de caráter continuado com a implantação de fiscalização específica, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa – Economia / Gilberto Rodrigues

Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 610/2013**

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa dispor sobre a comprovação da origem dos materiais metálicos recicláveis e cadastro dos fornecedores.

Pelo art. 1º, as empresas que desenvolvem atividades comerciais como recicladoras, localizadas no Município de São Paulo, deverão manter registros que comprovem a origem dos fios de cobre e fios metálicos em geral, bem como arames, placas, tubos, tampos e outros do gênero, em aço, cobre, alumínio, ferro ou qualquer outro material metálico que adquirirem. Determina o art. 2º que as empresas deverão cadastrar, no ato da compra, os fornecedores dos materiais mencionados no art. 1º, mediante a apresentação de um documento oficial de identidade e a informação de seu respectivo endereço.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo "para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

19) PL 691/2013	Ver. CALVO (PMDB); Ver. NETINHO DE PAULA (PDT)	Votação			
INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, O PROJETO "VOVÔ SABE TUDO", PROGRAMA DE APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO DE IDOSOS PARA FINS EDUCACIONAIS, CULTURAIS E SOCIAIS, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)			
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					
Obs: Prazo de vistas vencido na comissão.					
<p>ASSUNTO: institui no âmbito do Município de São Paulo, o projeto “Vovô Sabe Tudo”, voltado ao desenvolvimento das atividades educacionais e culturais destinadas às crianças e adolescentes, em especial às crianças e adolescentes carentes, por meio de transmissão de conhecimentos, habilidades, aptidões e experiências, de voluntários idosos.</p> <p>Conforme o parágrafo único do art. 1º, a transmissão dos conhecimentos, habilidades, aptidões e experiências aludidas no <i>caput</i> desse artigo será exteriorizada em oficinas de aprendizagem e trabalho, existentes ou criadas pelo Executivo, disponibilizadas na rede de instituições públicas municipais de educação e cultura, de modo a valorizar e aproveitar, para benefício das novas gerações, o acúmulo de saberes profissionais e existenciais daqueles que, pela vivência, podem ser considerados portadores de larga experiência de vida.</p> <p>O programa é acessível aos homens e mulheres com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, desde que inscritos e selecionados na forma do decreto regulamentador.</p> <p>O idoso participante do projeto poderia receber, a título de bolsa auxílio, o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo, desde que comprove hipossuficiência financeira, conforme estabelece o parágrafo único do art. 4º.</p> <p>Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: <u>apresentou substitutivo</u>, “a fim da presente propositura atender à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 102 a 106).</p> <p>Comissão de Administração Pública: <u>favorável</u> ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 107).</p> <p>Comissão de Educação, Cultura e Esportes: realizou duas audiências públicas (com citações nas fls. 110 e 112). Não houve inscritos. Solicitou informações ao Executivo (fl. 113):</p> <p>- Sobre a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB): “não se prevê, em relação à destinação de recursos, a remuneração para pessoas que não sejam docentes ou demais profissionais da Educação, nem pagamento de bolsas, a não ser para alunos. Dessa forma, não é viável que a Secretaria Municipal de Educação (SME) conceda bolsa auxílio a idosos que comprovem insuficiência financeira.” - Assessoria Técnica e de Planejamento – Secretaria Municipal de Educação (fl. 117)</p> <p>-“Não cabe à Câmara Municipal e seus representantes a proposição de Leis que envolvam a criação de funções remuneradas na Administração Municipal, pois tal competência cabe ao Poder Executivo.” – idem (fl. 117)</p> <p>Por fim, a Comissão exarou <u>parecer favorável</u> (fl. 124). Há voto vencido do relator contrário ao projeto (fl. 125).</p>					

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: apresentou substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, que inclui o temo “Vovó” à propositura. Portanto, o nome do programa passa a ser “Vovô e Vovó Sabe Tudo” (fls. 127 a 129).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado (em especial, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária).

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Sugerimos quesitos ao Executivo para avaliar o impacto orçamentário- financeiro do projeto.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 691/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Calvo e Netinho de Paula, visa instituir, no âmbito do Município de São Paulo, o projeto “Vovô Sabe Tudo”, voltado ao desenvolvimento das atividades educacionais e culturais destinadas às crianças e adolescentes, em especial às crianças e adolescentes carentes, por meio de transmissão de conhecimentos, habilidades, aptidões e experiências, de voluntários idosos.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo, a fim de a presente propositura “atender à melhor técnica de elaboração legislativa”.

A colenda Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher apresentou substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, que inclui o temo “Vovó” à propositura. Portanto, o nome do programa passa a ser “Vovô e Vovó Sabe Tudo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Contudo, a fim de aprimorar o texto, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 691/2013

Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Projeto “Vovô e Vovó **Sabem** Tudo”, voltado ao aproveitamento e valorização

de idosos, com fins educacionais, culturais e sociais, nas condições que especifica, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de São Paulo, o Projeto “Vovô e Vovó **Sabem Tudo**”, voltado ao desenvolvimento de atividades educacionais e culturais para crianças e adolescentes, em especial às crianças e adolescentes carentes, por meio da transmissão de conhecimentos, habilidades, aptidões e experiências de voluntários idosos.

Parágrafo único. A transmissão dos conhecimentos, habilidades, aptidões e experiências aludidas no “caput” deste artigo **será exteriorizada** em oficinas de aprendizagem e trabalho, existentes ou criadas pelo Executivo, disponibilizadas na rede de instituições públicas municipais de educação e cultura, de modo a valorizar e aproveitar, para benefício das novas gerações, o acúmulo de saberes profissionais e existenciais daqueles que, pela vivência, podem ser considerados portadores de larga experiência de vida.

Art. 2º O programa definido no art. 1º é acessível aos homens e mulheres com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, desde que inscritos e selecionados na forma do decreto regulamentador desta lei.

Parágrafo único. A seleção a que se refere o “caput” deste artigo deverá considerar, especialmente, a relevância das experiências profissionais e existenciais dos idosos inscritos para a participação, a indicação sempre que possível dos fatos que as comprovem e a demonstração de seu interesse no trabalho junto às crianças e adolescentes.

Art. 3º Os idosos que forem selecionados receberão treinamento específico e diploma de agradecimento da comunidade, conferidos pelo Poder Público Municipal, desde que tenham dele participado por período não inferior a 12 (doze) meses, contínuos ou não.

Art. 4º O Poder Executivo poderá, conforme seus critérios de conveniência e oportunidade, firmar convênios e parcerias com instituições públicas ou privadas para promover o apoio financeiro e o aprimoramento técnico do programa ora instituído.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no “caput” deste artigo, poderá o idoso, referido no “caput” do art. 1º desta lei, receber, a título de bolsa-auxílio, o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo, desde que comprove hipossuficiência financeira.

Art. 5º O Poder Público municipal, incumbido do recrutamento e da seleção dos idosos, a que se refere esta lei, poderá convidar, para participar do processo seletivo, o Conselho Municipal do Idoso.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no que for necessário.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

20) PL 834/2013	Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A PORCENTAGEM DAS GORJETAS PAGAS AOS GARÇONS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
Relator: Ver. OTA (PROS)		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na comissão.

ASSUNTO: Dispõe sobre a porcentagem das gorjetas pagas aos garçons.

Nos restaurantes, bares, hotéis, motéis e estabelecimento similares, as gorjetas cobradas poderão ser no valor de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da conta ou fatura encerrada.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo para “adequar a redação do projeto, especialmente no que tange ao § 1º do art. 1º, renumerando-o como parágrafo único” (fls. 15-16).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 17-18)

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 17-18)

Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 21), com resposta a fls. 23/31:

SUPERVISÃO GERAL DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO/SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS:

- “... Preliminarmente, vemos que a proposta gira em torno de relações trabalhistas, “sugerindo” percentual para “cobrança” de gorjetas.

Diante do texto apresentado, se faz necessário esclarecer que os Agentes Vistores, lotados nas 32 (trinta e duas) Subprefeituras, fiscalizam as questões relativas ao uso e ocupação do solo urbano.

Também, é providencial esclarecer que, em relação às atividades relacionadas no artigo 1º, do PL 834/2013... a fiscalização, de competência das Subprefeituras, se restringe, geralmente, no que tange a existência de alvarás, permissões, autorizações, etc., cujos documentos são necessários para o desenvolvimento de certas atividades ou serviços, não se misturando, portanto, com a fiscalização das relações de trabalho ou de consumo” – fls. 24;

- “... Para a presente proposta não vemos motivos que impliquem elevação de despesas ou impactos orçamentários...

À medida que a proposta abre oportunidade de se fixar um valor de até 15%, bem como poder ser registrado nos ‘cardápios’ (parágrafo único, do artigo 1º), mesmo como sugestão, certamente irá causar um constrangimento aos seus clientes.

Podendo até mesmo a ‘gorjeta’ se tornar obrigatória” – fls. 26.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme informação dos órgãos técnicos do Executivo, acima transcrita, não haveria repercussão orçamentária pois a fiscalização não seria de competência municipal.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia / Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Thiago de Carvalho Alves- Consultor Técnico Legislativo – Economia / Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 834/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador David Soares, visa dispor sobre a porcentagem das gorjetas pagas aos garçons.

Nos restaurantes, bares, hotéis, motéis e estabelecimento similares, as gorjetas cobradas poderiam ser no valor de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da conta ou fatura encerrada.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para “adequar a redação do projeto, especialmente no que tange ao § 1º do art. 1º, renumerando-o como parágrafo único”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

21) PL 854/2013	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE LEITOR ÓTICO PARA CONFERÊNCIA DE LANÇAMENTO DE CONSUMO NO ÂMBITO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS SITUADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					

ASSUNTO: obriga os estabelecimentos comerciais que utilizem comanda eletrônica de consumo ou similares disponibilizar leitor ótico para conferência de lançamento de consumo no âmbito dos estabelecimentos comerciais situados no Município de São Paulo.

Pelo § 1º do art. 2º, deverá ser instalado um leitor ótico na entrada do estabelecimento para que os consumidores certifiquem-se de que não há lançamento anterior na comanda, e outro na saída, próximo ao caixa, para fins de conferência do lançamento de consumo antes do pagamento. O § 2º desse mesmo artigo estabelece que, em caso de estabelecimentos comerciais dotados de vários pavimentos, em cada um deles deverá ser disponibilizado ao menos um leitor ótico para consulta.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 28/30).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 31/32).

Comissão de Finanças e Orçamento: Solicitadas informações ao Executivo (fls. 34), com resposta a fls. 36/53:

- "... Verifica-se que o texto legal não deixa evidente a caracterização da infração, impossibilitando a determinação da penalidade.

O PL prevê a aplicação de sanções aos infratores pela não observância ao disposto, entretanto, cabe considerar o comprometimento da ação da fiscalização com relação à execução das multas, no que se refere à reincidência prevista no art. 4º. A propositura não define a reincidência, uma vez que não estão explícitas as condições e prazos, fatores essenciais para pronta atuação do agente fiscal.

Ademais, a multa proposta pelo PL pode ser considerada expressiva se comparada ao valor da multa estabelecida para a ausência da licença de funcionamento, infração grave, cujo os valores variam entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) até R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)..." – Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 37);

- "... não se pode deixar de constatar a ingerência injustificada do Município na atividade comercial, uma vez que impõe aos estabelecimentos a obrigação de instalar aparelhos ópticos de leitura das comandas eletrônicas, incrementando suas despesas, as quais acabarão por onerar os comerciantes que, provavelmente serão obrigados a repassar tais custos aos consumidores, prejudicando-os sobremaneira, como elo mais frágil da cadeia produtiva..." Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 41);

- "... entendemos que a fiscalização do interior teor deste PL enquadra-se dentre as atribuições dos agentes fiscalizadores das Subprefeituras. Sendo assim, a nova atribuição será absorvida pelo quadro funcional e com os recursos materiais já existentes..." – Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 46).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Tendo em vista as informações de fls. 46, não haveria custos adicionais.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 854/2013

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Andrea Matarazzo, Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Coronel Telhada, Eduardo Tuma, Gilson Barreto e Patrícia Bezerra, visa obrigar os estabelecimentos comerciais situados no Município de São Paulo que utilizem comanda eletrônica de consumo ou similares a disponibilizar leitor ótico para conferência de lançamento de consumo.

Pelo § 1º do art. 2º da propositura, deverá ser instalado um leitor ótico na entrada do estabelecimento para que os consumidores certifiquem-se de que não há lançamento anterior na comanda, e outro na saída, próximo ao caixa, para fins de conferência do lançamento de consumo antes do pagamento. O § 2º desse mesmo artigo estabelece que, em caso de estabelecimentos comerciais dotados de vários pavimentos, em cada um deles deverá ser disponibilizado ao menos um leitor ótico para consulta.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Favorável, portanto, é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

22) PL 865/2013		Ver. CALVO (PMDB)		Votação			
"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE A SABESP REALIZAR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO CONTRATO DIRETO COM O CONSUMIDOR POR SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO RESIDENCIAL GERADO PELO CONSUMO E UTILIZAÇÃO DOS SEUS SERVIÇOS POR LOCATÁRIO OU OCUPANTE DO IMÓVEL A QUALQUER TÍTULO EXCLUINDO-SE A OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA, HAJA VISTA, O VALOR MENSAL COBRADO PELA SABESP UTILIZAR O REGIME TARIFÁRIO CONFIGURANDO OBRIGAÇÃO CONSUMERISTA COM SUPORTE EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					Favor	Contra	Abst.
				Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
				Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
				Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
				Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
				Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
				Ver. OTA (PROS)	-	-	-
				Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
				Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)							
Parecer: FAVORAVEL							

Obs: Prazo de vistas vencido na comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a obrigatoriedade de a SABESP realizar no Município de São Paulo contrato direto com o consumidor por serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto residencial gerado pelo consumo e utilização dos seus serviços por locatário ou ocupante do imóvel a qualquer título excluindo-se a obrigação solidária, haja vista, o valor mensal cobrado pela SABESP utilizar o regime tarifário configurando obrigação consumerista com suporte em legislação específica.

O art. 1º estabelece que a COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP, conveniada com o Município de São Paulo para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, fica determinada a realizar, para os ocupantes dos imóveis residenciais a qualquer título, o cadastro e o contrato pessoal de fornecimento de serviço prestado, exclusivo da SABESP. O parágrafo único desse artigo determina que não será atribuída ao proprietário do imóvel, ou o titular do domínio útil, ou o possuidor a qualquer título do imóvel a responsabilidade solidária pelo inadimplemento do consumidor, salvo se houver lei específica por ente competente para legislar no âmbito do direito obrigacional, ramo do direito privado ou, se houver vontade expressa entre os consumidores contratantes, com fundamento legal.

Pelo art. 2º, o pedido inicial de instalação de medidor (hidrômetro), nos termos das normas técnicas exigidas pela SABESP, será obrigação exclusiva do proprietário do imóvel, ou o titular do domínio útil, ou o possuidor a qualquer título do imóvel.

Já o art. 3º estabelece que, no caso dos imóveis residenciais locados, o contrato de locação será imprescindível para cadastro e contrato a fim de estabelecer a relação de obrigação consumerista com a SABESP pelo consumo de água/esgoto e outros serviços.

A SABESP, pelo art. 4º, deverá observar as diretrizes contratuais a serem estabelecidas no presente projeto, subsidiadas pela Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). O inciso I desse artigo

determina que o registro cadastral deverá ser comunicado por escrito ao consumidor, quando não solicitado por ele, estabelecendo prazo para sua anuência; o inciso II desse mesmo artigo determina o envio da fatura de serviços detalhada, constando o nome cadastrado do locador.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 88/90).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas (fls. 91/96 – menção do PL a fls. 95 – e 97/99 – menção a fls. 98).

Essa Comissão exarou parecer favorável (fls. 100/101).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 102).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 103/104).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Trata o projeto de obrigações a serem impostas à SABESP, não gerando, portanto, despesas ao Município. Contudo, no tocante a eventual repercussão nas receitas, ressalte-se que, pela Lei nº 14.434/2009, a Prefeitura Municipal ficou autorizada a firmar contrato com a SABESP, daí advindo recursos (7,5% receita bruta obtida a partir da exploração dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo) para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. Tendo em vista que, em tese, considerar que apenas o “efetivo consumidor cadastrado” (conforme a justificativa do projeto) possa ser cobrado por eventual dívida poderia resultar em redução da receita da SABESP, sugere-se envio de quesitos a essa Companhia.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

**PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 865/2013**

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Calvo, visa dispor sobre a obrigatoriedade de a SABESP realizar no Município de São Paulo contrato direto com o consumidor por serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto residencial gerado pelo consumo e utilização dos seus serviços por locatário ou ocupante do imóvel a qualquer título excluindo-se a obrigação solidária, haja vista, o valor mensal cobrado pela SABESP utilizar o regime tarifário configurando obrigação consumerista com suporte em legislação específica.

O art. 1º estabelece que a COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP, conveniada com o Município de São Paulo para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, fica determinada a realizar, para os ocupantes dos imóveis residenciais a qualquer título, o cadastro e o contrato pessoal de fornecimento de serviço prestado, exclusivo da SABESP. O parágrafo único desse artigo determina que não será atribuída ao proprietário do imóvel, ou o titular do domínio útil, ou o possuidor a qualquer título do imóvel a responsabilidade solidária pelo inadimplemento do consumidor, salvo se houver lei específica por ente competente para legislar no âmbito do direito obrigacional, ramo do direito privado ou, se houver vontade expressa entre os consumidores contratantes, com fundamento legal.

Pelo art. 2º, o pedido inicial de instalação de medidor (hidrômetro), nos termos das normas técnicas exigidas pela SABESP, será obrigação exclusiva do proprietário do imóvel, ou o titular do domínio útil, ou o possuidor a qualquer título do imóvel.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Já o art. 3º estabelece que, no caso dos imóveis residenciais locados, o contrato de locação será imprescindível para cadastro e contrato a fim de estabelecer a relação de obrigação consumerista com a SABESP pelo consumo de água/esgoto e outros serviços.

A SABESP, pelo art. 4º, deverá observar as diretrizes contratuais a serem estabelecidas no presente projeto, subsidiadas pela Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). O inciso I desse artigo determina que o registro cadastral deverá ser comunicado por escrito ao consumidor, quando não solicitado por ele, estabelecendo prazo para sua anuência; o inciso II desse mesmo artigo determina o envio da fatura de serviços detalhada, constando o nome cadastrado do locador.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

23) PL 21/2014	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB); Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Dispõe sobre a obrigatoriedade do trava-queda acoplado a trava de segurança nos brinquedos instalados em parque de diversões e eventos de entretenimento no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.	Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na comissão.

ASSUNTO: obriga os parques de diversões e eventos de entretenimento que ofertarem brinquedos ao público a disponibilizar trava-quedas nos equipamentos dotados de travas de segurança.

Entende-se como parque de diversões e eventos de entretenimento todo e qualquer local que disponibilize brinquedos para utilização pública, a título oneroso ou gratuito.

A obrigação atinge os estabelecimentos públicos ou privados, itinerantes ou permanentes, instalados em ambientes fechados ou abertos.

O art. 2º dispõe que o trava-quedas, que não se confunde com trava de segurança, deverá ser engatado ao assento e à trava de segurança, e ser compatível com a carga de ruptura.

Estabelece multa no valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para os infratores, aplicada em dobro em caso de reincidência.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 54/58), com substitutivo para adequar a proposta à melhor técnica legislativa (foram aglutinados os arts. 3º e 4º, que tratam da multa, em um só artigo, o 3º; e incluído art. 5º, que dispõe sobre a regulamentação da propositura, pelo Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável, na forma do Substitutivo da

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 59).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 61/62).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: realizou duas audiências públicas (fls. 63/65 – menção do PL a fls. 65-verso – e fls. 66/67 – menção a fls. 66-verso). Essa Comissão exarou parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 68).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Acarretaria despesas de fiscalização que, em tese, são normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 21/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Gilson Barreto, Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Mário Covas Neto, Andrea Matarazzo, Eduardo Tuma, Patrícia Bezerra e Coronel Telhada, visa obrigar os parques de diversões e eventos de entretenimento que ofertarem brinquedos ao público a disponibilizar trava-quedas nos equipamentos dotados de travas de segurança.

Entende-se como parque de diversões e eventos de entretenimento todo e qualquer local que disponibilize brinquedos para utilização pública, a título oneroso ou gratuito. A obrigação atinge os estabelecimentos públicos ou privados, itinerantes ou permanentes, instalados em ambientes fechados ou abertos. O art. 2º dispõe que o trava-quedas, que não se confunde com trava de segurança, deverá ser engatado ao assento e à trava de segurança, e ser compatível com a carga de ruptura.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo para adequar a proposta à melhor técnica legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

24) PL 431/2014 Ver. REIS (PT)		Votação			
			Favor	Contra	Abst.
DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM EMITIR DOCUMENTOS IMPRESSOS EM BRAILLE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 25/11/2015 a pedido do Ver. Ricardo					

Nunes.

ASSUNTO: dispõe sobre a obrigação das instituições financeiras em emitir documentos impressos como extratos, faturas, boletos, comprovantes, entre outros, na linguagem braille.

Segundo o parágrafo 2º, os documentos mencionados serão disponibilizados após solicitação do cliente deficiente visual ou de seu responsável legal. O parágrafo único deste artigo diz que o prazo de atendimento pelas pessoas jurídicas é de 30 (trinta) dias, após a solicitação.

A fiscalização e aplicação do disposto nesta Lei serão realizadas pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de suas atribuições, segundo o art.4º.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o valor da multa prevista para o caso de descumprimento da norma, pois a Unidade Fiscal de Valor do Município de São Paulo – UFM, foi extinta em 01/01/96 por força da art. 5º da Lei Municipal nº 11.960/95, bem como para substituir a expressão deficiente visual por pessoa com deficiência visual, que é a terminologia tecnicamente mais adequada”. (fls. 94/98).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. (fl. 99).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. (fls. 101/102).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 103) com resposta às folhas 105-115:

- “A conclusão da SGUOS (Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo) (...) foi de que a constatação da infração ficaria na dependência de declarações das pessoas prejudicadas, ou então na apresentação de documentos pela Instituição Financeira, o que, no seu entendimento, seriam tênues as possibilidades aventadas” (fls. 109-110 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).
- “(...) o impacto financeiro mais significativo gerado pela proposta repercutirá nas relações Instituições Financeiras/Clientes, na medida em que estes últimos certamente arcarão com os custos do novo serviço previsto. No âmbito da Administração Municipal, considerando que a nova demanda fiscalizatória, salvo melhor juízo, deverá ser absorvida pelas equipes existentes nas Subprefeituras (art. 4º do PL), não temos condições de mensurar eventual impacto financeiro-orçamentário gerado pelo projeto de lei em questão”. (fl. 111 – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).
- “(...) esta ATAJ é contrária ao Projeto de Lei em virtude das dificuldades apontadas pela SGUOS no tocante à sua fiscalização”. (fl. 111 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).
- “(...) se considerarmos que a falta de licença de funcionamento é tida como uma infração mais grave, eis que impede o exercício da atividade como um todo, não se mostra proporcional que o valor da multa para o caso em tela seja de valor tão expressivo (fl. 113 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).
- (...) a proposta em análise prevê a possibilidade de suspensão da licença de funcionamento da instituição financeira, nos termos constantes do artigo 3º. Também neste ponto, o PL ora analisado enseja dúvida quanto à razoabilidade e proporcionalidade da sanção nele prevista”. (fl. 114 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

De acordo com manifestação da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, “a nova demanda fiscalizatória, salvo melhor juízo, deverá ser absorvida pelas equipes existentes nas Subprefeituras”.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 431/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Reis, visa dispor sobre a obrigação das instituições financeiras em emitir documentos impressos como extratos, faturas, boletos, comprovantes, entre outros, na linguagem braille.

Segundo o parágrafo 2º, os documentos mencionados serão disponibilizados após solicitação do cliente deficiente visual ou de seu responsável legal. O parágrafo único deste artigo diz que o prazo de atendimento pelas pessoas jurídicas é de 30 (trinta) dias, após a solicitação.

A fiscalização e aplicação do disposto nesta Lei serão realizadas pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de suas atribuições, segundo o art.4º.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de "adequar o valor da multa prevista para o caso de descumprimento da norma, pois a Unidade Fiscal de Valor do Município de São Paulo – UFM, foi extinta em 01/01/96 por força da art. 5º da Lei Municipal nº 11.960/95, bem como para substituir a expressão deficiente visual por pessoa com deficiência visual, que é a terminologia tecnicamente mais adequada".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

25) PL 496/2014	Ver. MARCO AURELIO CUNHA (PSD)	Votação			
DENOMINA PRAÇA VICENTE DE PAULA MARQUES DE OLIVEIRA, O LOGRADOURO SEM DENOMINAÇÃO SITUADO NA AVENIDA MINISTRO PETRÔNIO PORTELA ENTRE OS LOTES PARTICULARES (SETOR 104 QUADRA 100) NO BAIRRO DA FREGUESIA DO Ó, SUBPREFEITURA FREGUESIA / BRASILÂNDIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: denomina Praça Vicente de Paula Marques de Oliveira o logradouro sem denominação situado na Avenida Ministro Petrônio Portela entre os lotes particulares (setor 104 – quadra 100) no Bairro da Freguesia do Ó, Subprefeitura Freguesia/Brasilândia.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 23) com resposta às folhas 24-26.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo” (fls. 27-28).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 29).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 30).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 496/2014**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Marco Aurélio Cunha, visa denominar Praça Vicente de Paula Marques de Oliveira o logradouro sem denominação, situado na Avenida Ministro Petrônio Portela entre os lotes particulares (setor 104 – quadra 100) no Bairro da Freguesia do Ó, Subprefeitura Freguesia/Brasilândia.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

26) PL 23/2015		Ver. EDIR SALES (PSD)			Votação			
						Favor	Contra	Abst.
DENOMINA PRAÇA SEBASTIÃO HILÁRIO DA SILVA, O LOGRADOURO PÚBLICO LIVRE INOMINADO, LOCALIZADO NA CONFLUÊNCIA DA RUA COSTA BARROS COM A RUA PRÍNCIPE DA BEIRA, LOCALIZADO NO DISTRITO DE VILA PRUDENTE, SUBPREFEITURA VILA PRUDENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
					Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
					Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
					Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
					Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
					Ver. OTA (PROS)	-	-	-
					Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
					Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)								
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA								

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: denomina Praça Sebastião Hilário da Silva, o logradouro público livre inominado, localizado na confluência da Rua Costa Barros com a Rua Príncipe da Beira, localizado no Distrito de Vila Prudente, Subprefeitura Vila Prudente.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 66) com resposta às folhas 67-71.

Parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos proposto pelo Executivo” (fls. 72-73).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 74-75).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 76).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 23/2015

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa denominar Praça Sebastião Hilário da Silva, o logradouro público livre inominado, localizado na confluência da Rua Costa Barros com a Rua Príncipe da Beira, localizado no Distrito de Vila Prudente, Subprefeitura Vila Prudente.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos proposto pelo Executivo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

27) PL 42/2015	Ver. ANTONIO DONATO (PT)	Votação			
FICAM DENOMINADOS OS LOGRADOUROS PÚBLICOS, ATÉ ENTÃO INOMINADOS, LOCALIZADOS NA ALTURA DO Nº 218 DA RUA BATISTA MALATESTA, JD. GUARUJÁ, "PRAÇA JOSENITA RAMOS DE OLIVEIRA" E NA ALTURA DO Nº 32 DA MESMA RUA, "PRAÇA DA AMIZADE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO					
Obs: Prazo de vistas vencido na comissão.					
ASSUNTO: Ficam denominados os logradouros públicos, até então inominados, localizados na altura do nº 218 da Rua Batista Malatesta, Jd. Guarujá, "Praça JOSENITA RAMOS DE OLIVEIRA" e, na altura do nº 32 da mesma rua, "Praça da Amizade" e dá outras providências.					

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: Quesitos ao Executivo: fl. 37.

Resposta do Executivo: (fls. 38-42)

"(...) o nome proposto – "Amizade" constitui homonímia com a Travessa da Amizade, codlog 43.544-9. (fl. 40)

A Comissão emitiu parecer pela legalidade. "(...) o projeto encontra condições de prosperar apenas em relação ao logradouro que se pretende denominar como Praça Josenita Ramos de Oliveira." (fl. 43)

Apresentou substitutivo o qual visa ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo..." (fl. 43-44)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 45-46)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Favorável, com substitutivo "elaborado com o objetivo de introduzir outra denominação ("Praça Anjos da Boulevard") para o segundo espaço." (fls. 47-48)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 42/2015**

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Donato, visa denominar os logradouros públicos, até então inominados, localizados na altura do nº 218 da Rua Batista Malatesta, Jd. Guarujá, "Praça JOSENITA RAMOS DE OLIVEIRA" e, na altura do nº 32 da mesma rua, "Praça da Amizade".

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo que visa ajustar a descrição do logradouro nos termos propostos pelo Executivo.

A colenda Comissão de Educação, Cultura e Esportes também apresentou substitutivo, "elaborado com o objetivo de introduzir outra denominação ("Praça Anjos da Boulevard") para o segundo espaço".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

28) PL 373/2015	Ver. QUITO FORMIGA (PSDB)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO O DIA DO SERVIÇO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
	Ver. JAIR TATTO (PT)
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
	Ver. OTA (PROS)
	Ver. PAULO FIORILO (PT)
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Serviço Social.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl.08).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 09).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE
O PROJETO DE LEI Nº 373/2015**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Serviço Social.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

29) PL 417/2015	Ver. SOUZA SANTOS (PSD)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14485, DE 19 DE JULHO DE 2007, COM A FINALIDADE DE INCLUIR NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, "O DIA DO OBREIRO UNIVERSAL" A SER COMEMORADO, NO TERCEIRO DOMINGO DO MÊS DE AGOSTO DE CADA ANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
	Ver. JAIR TATTO (PT)
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
	Ver. OTA (PROS)
	Ver. PAULO FIORILO (PT)
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

DE JUSTIÇA

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo “O Dia do Obreiro Universal”, a ser comemorado no terceiro domingo do mês de agosto de cada ano.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis” (fls. 10-11).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fl. 12).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 417/2015

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Souza Santos, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo “O Dia do Obreiro Universal”, a ser comemorado no terceiro domingo do mês de agosto de cada ano.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Requerimentos

30) REQ. FIN 1/2016	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Data do Requerimento: 03/02/2016	
<p>Considerando o orçamento aprovado para o Tribunal de Contas do Município de São Paulo para o ano de 2016, nos termos da Lei n.º 16.334 de 30 de dezembro de 2015; Considerando a execução orçamentária do ano de 2015 do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e do Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas; Considerando que cabe à Câmara Municipal de São Paulo aferir e acompanhar os custos do Tribunal de Contas</p> <p>REQUEIRO, nos termos do Regimento Interno, à douta Comissão, que seja oficiado o Presidente do Tribunal de Contas do Município, Conselheiro Roberto Braguin, para responder os seguintes questionamentos:</p> <p>1) A que título foram pagos R\$ 330.385,96 ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul com o envio das respectivas cópias dos trabalhos desenvolvidos, discriminando se a despesa refere-se ao TCM ou Escola de Contas;</p> <p>2) A que título foram pagos R\$ 107.175,79 ao Ministério Público Federal com o envio das respectivas cópias dos trabalhos desenvolvidos, discriminando se a despesa refere-se ao TCM ou Escola de Contas;</p> <p>3) Qual a modalidade de licitação utilizada para a contratação no valor de R\$ 46.650,00 de Fabio Bezerra Transportes – ME com o envio das respectivas cópias do processo de contratação e dos relatórios dos serviços prestados, discriminando se a despesa refere-se ao TCM ou Escola de Contas;</p> <p>4) Qual a modalidade de licitação utilizada para a contratação no valor de R\$ 71.500,00 de José Paulo Consultoria em Comunicação Ltda com o envio das respectivas cópias do processo de contratação e dos relatórios dos serviços prestados, discriminando se a despesa refere-se ao TCM ou Escola de Contas;</p> <p>5) Informar sobre todas as despesas de aquisição de microcomputadores, armazenamento de dados, copiadoras, serviços de virtualização, armazenamento e backup, hospedagem de sistemas, licenças, redes, certificações, dentre outros, com as respectivas justificativas e valores individualizados, discriminando se a despesa refere-se ao TCM ou Escola de Contas;</p> <p>6) Qual a modalidade de licitação utilizada para a contratação no valor de R\$ 459.000,00 em 2015 e R\$ 362.000,00 em 2016 de Pluricom Comunicação Integrada Ltda. com o envio das respectivas cópias do processo de contratação e dos relatórios dos serviços prestados, discriminando se a despesa refere-se ao TCM ou Escola de Contas;</p> <p>7) Informar sobre os gastos com passagens aéreas e diárias de Conselheiros e servidores do TCM e da Escola de Contas, discriminando os respectivos locais e cópia dos relatórios dos eventos que participaram.</p> <p>8) Qual a modalidade de licitação utilizada para a contratação no valor de R\$ 87.516,11 de Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda com o envio das respectivas cópias do processo de contratação e dos relatórios dos serviços prestados, discriminando se a despesa refere-se ao</p>	

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

TCM ou Escola de Contas;

9) Qual a modalidade de licitação utilizada para a contratação no valor de R\$ 24.458,76 de Raul Fernando de Carvalho Branco com o envio das respectivas cópias do processo de contratação e dos relatórios dos serviços prestados, discriminando se a despesa refere-se ao TCM ou Escola de Contas;

10) Qual a modalidade de licitação utilizada para a contratação no valor de R\$ 283.779,63 de Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. com o envio das respectivas cópias do processo de contratação e dos relatórios dos serviços prestados, discriminando se a despesa refere-se ao TCM ou Escola de Contas.

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

31) REQ. FIN 2/2016	Ver. ABOU ANNI (PV)
Data do Requerimento: 12/02/2016	
<p>REQUEIRO, nos termos do artigo 46, incisos II e IX do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Nobre Vereador José Police Neto, que seja oficiado o Ilmo. Subprefeito de Vila Maria / Vila Guilherme, Sr. Gilberto Rossi, requisitando as providências mencionadas neste arrazoado para que o proprietário do imóvel residencial que invade parcialmente área pública – contribuinte 068.422.0035-0, qual seja: Travessa Bernardino Mei, altura do numeral 18, promova a competente desocupação as próprias expensas, sob pena de responsabilização. Com efeito, consta do DOCREC 1042/2015, em atenção ao requerimento RDS nº 1708/2015, que em meados de maio de 2015 o citado invasor foi intimado através do Auto de intimação nº. 6693 para desocupar a área municipal, o que não ocorreu. Nesse sentido, foi autuado o processo 2015-0.138.612-0 que está prosseguindo na ação fiscalizatória, entretanto os técnicos da mencionada Subprefeitura entendem que para providenciar a desocupação é preciso contratar uma empresa especializada com custo estimado de R\$ 45.443,00, porém não há dotação orçamentária para tanto. Nos termos do artigo 186 do Código Civil “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.” Por sua vez, o artigo 927 do Diploma Civil orienta: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Nobres Vereadores! Consoante noção cedida, forçoso se faz que o Subprefeito inste a Procuradoria Geral do Município a promover a ação judicial cabível, a fim de providenciar a desocupação da área invadida e à custa do invasor, pois é inaceitável,</p>	

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

ineficiente e até imoral impor à Fazenda Municipal esse dispêndio. Ao ensejo, calha evidenciar através das fotografias anexas que o aludido invasor retomou a construção e, portanto, desdenha do Poder de Polícia da Administração.

Por fim, requer ainda que seja requisitada ao Subprefeito de Vila Maria a cópia integral do processo administrativo nº. 2015-0.138.612-0. Destarte, consoante as funções atinentes desta Douta Comissão, mister se faz aprovar o Requerimento em questão. Por ser medida que se impõe!

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
	Ver. OTA (PROS)	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

32) REQ. FIN 3/2016	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
Data do Requerimento: 15/02/2016	
<p>Considerando o teor do “Boletim da Receita em Dezembro/2015”, da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico (doc. em anexo);</p> <p>Considerando a criação do código da receita 199099410000 – Depósitos Judiciais – LC 151/2015;</p> <p>Considerando que com isso o Boletim da Receita, apropriou como Receita Corrente o valor de R\$ 1,7 bilhão, e, portanto, o exercício de 2015 foi fechado com superávit orçamentário.</p> <p>Requeiro nos termos regimentais, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que seja oficiado o Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, Excelentíssimo Senhor Rogério Ceron, para que envie a esta Comissão as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qual o fundamento legal para referida apropriação de receita, e, de forma mais específica, em receita corrente? 2. Como essa receita foi classificada por fontes? 3. Como serão utilizados esses recursos ao longo de 2016? 	

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 1ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 17/02/2016 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

33) REQ. FIN 4/2016	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)			
Data do Requerimento: 15/02/2016				
<p>Considerando a implantação de faixas exclusivas de ônibus na Avenida do Giovanni Gronchi, Bairro do Morumbi;</p> <p>Considerando que a avenida é estreita, o fluxo de veículos é intenso, e, portanto, imprópria para tal implantação;</p> <p>Considerando a existência de inúmeras ocorrências de roubos nessa região, quando o trânsito está lento;</p> <p>Considerando as inúmeras reclamações recebidas por este Gabinete, depois da implantação das faixas exclusivas.</p> <p>Requeiro nos termos regimentais, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que seja marcada uma Audiência Pública para discutir o assunto, convidando representantes da Secretaria Municipal de Transporte, da Companhia de Engenharia de Tráfego e da SP Trans.</p>				
	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-